


**APRESENTAÇÃO GERAL DA
REGIÃO ADMINISTRATIVA
ESPECIAL DE MACAU EM 2023**



Ao longo do ano de 2023, o Governo da RAEM implementou com seriedade os planos estratégicos consagrados no relatório do 20.º Congresso Nacional e o espírito transmitido nos importantes discursos e instruções do Presidente, Xi Jinping, e executou com precisão e firmeza, e de forma abrangente, os princípios orientadores “um país, dois sistemas” e “Macau governada pelas suas gentes” com alto grau de autonomia. O Governo da RAEM uniu e liderou os sectores sociais de modo a agarrar activamente as oportunidades de recuperação pós-pandemia. Lançou uma série de medidas de revitalização económica e de alargamento das fontes de visitantes, o que se veio a traduzir na recuperação rápida e melhoria da economia e na retoma da vitalidade social. A par disso, implementou a estratégia do desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, e elaborou o primeiro plano, abrangente e sistemático, de desenvolvimento das indústrias - o “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da RAEM (2024-2028)”.

A conclusão e a entrada em vigor da alteração à “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, e a entrada em vigor da alteração à “Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo” e da “Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa”, contribuíram para a implementação aprofundada do conceito geral da segurança do Estado e do princípio “Macau governada por patriotas”. As acções vocacionadas para o bem-estar da população foram optimizadas e a construção de infra-estruturas urbanas foi solidamente promovida. A construção da quarta ponte marítima Macau-Taipa entrou na fase final, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas entrou em funcionamento experimental e a Extensão da Linha da Taipa do Metro Ligeiro até à Estação da Barra foi inaugurada.

A reforma da Administração Pública foi desenvolvida de forma ordenada, e a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin alcançou novos resultados. Foram lançadas as principais políticas e regulamentos, tais como as “Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, as “30 medidas financeiras” e o “Catálogo das Indústrias Objecto de Incentivo”, e foi aprovado, pelo Conselho do Estado, o “Plano Geral de Desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (2022-2035)”. O projecto do “Novo Bairro de Macau” em Hengqin foi inaugurado e deu-se início à subscrição para aquisição das fracções. Constatou-se o aprofundamento e o alargamento do intercâmbio e da cooperação com o exterior e a consolidação e o robustecimento do papel da plataforma sino-usófona. De um modo geral, a RAEM apresentou uma rápida recuperação económica pós-pandemia, uma conjuntura social estável e harmoniosa, e uma tendência de desenvolvimento estável e sólido em todas as vertentes.

Melhoria Contínua da Recuperação da Economia e Aceleração da Promoção da Diversificação Adequada da Economia



O Governo da RAEM aproveitou activamente as oportunidades de recuperação económica pós-pandemia, implementando uma série de medidas para impulsionar a economia e alargar fontes de visitantes, o que resultou numa subida significativa de turistas. Os principais indicadores económicos revelaram uma evolução estável e positiva. O Produto Interno Bruto (PIB) do ano

de 2023 registou um crescimento anual de 80,5%, em termos reais, e o volume do agregado económico global recuperou 80% em comparação com 2019. O PIB per capita foi de 559 mil patacas, um crescimento anual de 80,5%, e a sociedade retomou a vitalidade e o vigor.

Em articulação com o “Décimo Quarto Plano Quinquenal Nacional” e as “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, e em conformidade com a orientação definida pelo “Segundo Plano Quinquenal da RAEM”, foi elaborado e divulgado o “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da RAEM (2024-2028)”, onde se clarificam os objectivos concretos, as principais tarefas e os projectos prioritários para o desenvolvimento das indústrias nos próximos cinco anos, o que veio a reforçar continuamente a confiança dos diversos sectores da sociedade no desenvolvimento económico de Macau.

Empenho na promoção da recuperação económica e vitalização do turismo comunitário

Em 2023, Macau ultrapassou as mais árduas dificuldades e rumou a uma nova fase de recuperação progressiva. Não obstante a recuperação e o desenvolvimento, existiu disparidade entre sectores, pequenas e médias empresas, por alguns não terem ainda conseguido ultrapassar totalmente as dificuldades e perturbações decorrentes do impacto dos três anos da pandemia. O Governo da RAEM empenhou-se na promoção da recuperação da economia, adoptou medidas diversificadas para promover a recuperação da indústria do turismo e lazer integrados e para alargar continuamente as fontes de visitantes nacionais e internacionais. Prorrogaram-se várias medidas provisórias de subsídios e benefícios fiscais de 2022. Aumentaram-se os investimentos nas obras públicas, designadamente nas obras de infra-estruturas públicas e de habitação pública, e lançaram-se diversas obras públicas de pequena e grande dimensão. Até final de Outubro, estavam concluídas ou em construção 51 obras, cada uma com orçamento superior a 100 milhões de patacas.

O enriquecimento dos bairros comunitários com elementos turísticos e a revitalização da economia comunitária foram as prioridades de 2023 para promover a recuperação da indústria do turismo e lazer integrado. Foi lançado o programa “Passeando pela Almeida Ribeiro - Projecto-piloto para área pedonal”. Em articulação com os projectos não relacionados com o jogo prometidos pelas concessionárias de jogos de fortuna ou azar, procedeu-se à organização e início dos trabalhos de revitalização das seis zonas históricas e culturais, nomeadamente à implementação, a título experimental, do “Plano de Revitalização da Zona Pedonal da Rua da Felicidade” e criaram-se condições para atrair estabelecimentos comerciais a instalarem-se na zona, para melhorar o ambiente comercial e, ainda, para reforçar a conexão entre os diversos eventos e actividades locais, o que permitiu o redireccionamento dos turistas e o aumento da vitalidade da economia cultural e turística dos bairros comunitários. Foram prolongados e ampliados os efeitos da marca “Arraial na Ervanários” e realizados festivais e eventos para aumentar a atractividade turística de Macau. Foram aproveitados, entre outros recursos característicos dos diversos bairros comunitários, a cultura, a história, os eventos de marca, a gastronomia e a orla costeira, para realizar actividades comunitárias com características próprias,

incentivando o consumo de residentes e turistas. Foram produzidos programas de variedades temáticas focados no encanto da comunidade de Macau em cooperação com plataformas de vídeo online e estações de televisão de renome do exterior, de modo a reforçar a divulgação e promoção em formato virtual e presencial. Fomentou-se o desenvolvimento das lojas com características próprias através do modelo de “promoção dos negócios em redor a partir do desenvolvimento de determinadas actividades” e mediante a introdução constante de elementos inovadores, injectando dinamismo à economia comunitária.

Através da adopção de uma série de medidas, o sector do turismo registou uma recuperação ideal. O número de visitantes foi de 28,21 milhões, ou seja, um aumento de 3,9 vezes em termos anuais, que corresponde a uma recuperação de 79% do número de visitantes de 2019, e Macau ocupou o primeiro lugar como destino de viagem ao exterior dos residentes do Interior da China. O número de turistas que pernoveram na cidade subiu 4,7 vezes e a taxa média de ocupação hoteleira atingiu 81,5% (mais 43,1 pontos percentuais face a 2022), reflectindo a atracção de Macau como centro mundial de turismo e lazer e a plena confiança de visitantes em visitar Macau. O volume de negócios dos estabelecimentos do comércio a retalho cifrou-se em 86,25 mil milhões de patacas, tendo crescido 49,5%, em termos anuais, e 11,7%, em comparação com 2019, e constatou-se a manutenção da estabilidade dos preços em geral.

Com a recuperação progressiva de economia, melhorou-se continuamente a situação do emprego. Em 2023, a taxa anual de desemprego caiu 2,7%, enquanto a taxa de desemprego dos residentes locais baixou para 3,4%, assinalando quedas anuais de 1% e 1,4%, respectivamente. Paralelamente, contraiu-se a taxa de subemprego dos residentes para 1,7%, representando uma queda de 5,2 pontos percentuais face à taxa de 6,9% registada em 2022. Para fazer face às mudanças na procura de mão-de-obra, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais reforçou, de forma contínua, as acções de apoio ao acesso ao emprego, através de vários serviços de emparelhamento online e offline, tendo apoiado a integração bem-sucedida de um total de 13.835 residentes no mercado de trabalho, o que equivaleu a 2,2 vezes mais do que os 6288 em 2022.

Formação de uma indústria de turismo e lazer dedicada e forte e boa tendência nas indústrias prioritárias

Em 2023, o Governo da RAEM implementou, de forma proactiva, pragmática e ordenada, a estratégia do desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”. A par da formação de uma indústria do turismo e lazer integrados excelente, dedicada e forte, empenhou-se na promoção do desenvolvimento das indústrias prioritárias, designadamente as indústrias de big health de medicina tradicional chinesa, de finanças modernas, de tecnologia de ponta e de convenções, exposições e comércio e de cultura e desporto.

Relativamente ao desenvolvimento diversificado da indústria do turismo e lazer integrado, através da integração intersectorial do turismo, foi reforçado o desenvolvimento sinérgico entre a indústria de turismo e a gastronomia, as excursões de estudo, o desporto, a tecnologia, a cultura e criatividade, as convenções e exposições, a big health, entre outras indústrias. Foram



realizadas actividades de promoção turística no exterior, com vista a reforçar a captação de turistas estrangeiros. Promoveu-se o desenvolvimento ordenado e saudável da indústria do jogo, nos termos da lei, fiscalizando o cumprimento dos contratos de concessão por parte das concessionárias de jogo e acelerando a implementação dos diversos projectos de investimento.

Foi acelerado o desenvolvimento da indústria de big health de medicina tradicional chinesa. Impulsionou-se a investigação e o desenvolvimento de medicamentos tradicionais chineses e, também a aplicação dos respectivos resultados. As plataformas de investigação científica, nomeadamente na área de medicina tradicional chinesa, atraíram várias empresas do Interior da China para realizarem, em conjunto, investigação e desenvolvimento e concretizarem a aplicação dos respectivos resultados em Macau. Foi efectivamente implementado o regime do registo de medicamentos tradicionais chineses e criado o respectivo sistema de avaliação com características de Macau. Alguns medicamentos tradicionais chineses para uso externo produzidos em Macau e aprovados para registo simplificado obtiveram com sucesso o certificado de registo de medicamentos do Interior da China. Através da "medida de utilização de medicamentos e aparelhos médicos de Hong Kong e Macau na Grande Baía", foi proactivamente estimulada a utilização na Zona de Cooperação Aprofundada de medicamentos já comercializados em Macau. Foram optimizados os serviços de consultadoria sobre pedidos de licenciamento industrial e promovida a construção da indústria de marcas de Macau na área de medicina tradicional chinesa, tendo várias fábricas de medicamentos e fábricas de produtos alimentares de big health obtido a licença industrial. Os trabalhos de gestão da importação de pequenos equipamentos médicos foram ordenadamente desenvolvidos. Em simultâneo, procedeu-se à implementação ordenada dos projectos prioritários de big health do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau. Até finais de 2023, o Parque contava já com 212 empresas registadas, das quais 70 eram empresas de Macau desenvolvidas no Parque.

Promoveu-se o desenvolvimento da indústria financeira moderna, a aceleração do desenvolvimento do mercado de obrigações e a articulação do mercado obrigacionista com o mercado internacional. Até final de Outubro de 2023, as obrigações não vencidas que foram emitidas ou cotadas em Macau atingiram um valor total de 525,2 mil milhões de patacas. Foram revistas várias leis, diplomas e respectivas instruções da área financeira. Em 2023, foram reformuladas e entraram em vigor duas leis fundamentais dos sistemas monetário e financeiro de Macau - o "Regime Jurídico da Emissão Monetária" e o "Regime Jurídico do Sistema Financeiro", visando otimizar o ambiente jurídico-financeiro de Macau. Foram lançadas e procedeu-se à revisão de mais de 15 directivas e de condições de supervisão, incluindo a banca electrónica, as obrigações, os projectos de inovação tecnológica financeira, os fundos de oferta privada, as actividades de hipotecas imobiliárias e o financiamento de prémios de seguro, a fim de estimular o desenvolvimento saudável das actividades em causa. Exploraram-se novas formas de negócios financeiros, e novas instituições financeiras para prestação de serviços de financiamento às micro, pequenas e médias empresas começaram a exercer as suas actividades em Macau. Para além do desenvolvimento estável e sólido das actividades de gestão de fortunas, várias instituições financeiras, que obtiveram a licença em 2022, iniciaram o seu funcionamento.

Foi criada uma série de sistemas de infra-estruturas financeiras com o intuito de apoiar o funcionamento eficiente do mercado financeiro e, nos últimos anos, tem-se vindo a melhorar esses sistemas para acompanhar o desenvolvimento da tecnologia financeira. Em 2023, foi lançada a segunda fase do Sistema de Pagamento Rápido (FPS), de forma a enriquecer os serviços de transferência interbancária rápida local através do "Easy Transfer". Foi lançado o "Sistema de transacções dos bilhetes monetários e obrigações (MTS)", que fornece uma plataforma de negociação segura e conveniente para o negócio de títulos Financeiros. Concluiu-se ainda a construção do "Centro de Dados de Infra-estrutura Financeira", com a finalidade de assegurar o funcionamento seguro e estável dos vários sistemas de infra-estrutura financeira. Além disso, foi promovida, de forma proactiva, a aplicação de tecnologia financeira para otimizar constantemente os serviços de pagamento electrónico.

Acelerou-se a cultura da indústria de tecnologia de ponta. O lançamento bem-sucedido do "Macau Science Satellite-1" reconhece os resultados obtidos no aprofundamento da cooperação científica e tecnológica entre Macau e o Interior da China. Foi incentivada a instalação em Macau de empresas tecnológicas, e foram acompanhados mais de dez projectos de investimento da indústria de ciência e tecnologia e foi prestado apoio na aplicação de uma série de resultados de investigação científica com perspectivas promissoras na transformação e aplicação dos resultados. Foi também criado o sistema de apoio financeiro à investigação e desenvolvimento destinado a empresas e foi lançado o "Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas". Organizaram-se visitas de empresas de inovação tecnológica dos países de língua portuguesa a Macau e à Grande Baía, e incentivaram-se estas e outras empresas oriundas de outros países e regiões a instalarem-se e a desenvolverem as suas actividades em Macau.

Promoveu-se o crescimento estável da indústria de convenções, exposições e comércio. O sector de convenções e exposições de Macau tem vindo a ganhar uma crescente notoriedade e competitividade internacional. Realizaram-se vários eventos de convenções e exposições internacionais de grande envergadura, o que contribuiu para a elevação constante da imagem de Macau enquanto cidade internacional de convenções e exposições e para a sua selecção

como “Melhor Cidade de Convenções da Ásia. A aplicação dos modelos “incentivar exposições via convenções” e “captar negócios através de exposições” tem obtido uma eficácia cada vez maior. Ao longo do ano, foram realizadas 1139 actividades de convenções e exposições, o que representou um aumento de 1,4 vezes em relação ao ano anterior. Os participantes/visitantes aumentaram 12,7%, com 1602 mil pessoas, tendo os dois indicadores recuperado 74,2% e 79,6% de 2019, respectivamente. As actividades de convenções e exposições geraram cerca de 6,2 mil milhões de patacas de receita para o sector não jogo de Macau, um aumento de cerca de três vezes em comparação com 2022, tendo recuperado basicamente ao nível de 2019.

Por outro lado, os serviços competentes de comércio de Macau e de Hengqin lançaram conjuntamente o novo logotipo “MICE² Macao x Hengqin”. Foram realizadas 14 actividades de exposição e convenção de Macau por formato “Um Evento, Dois Locais”. O novo logotipo de realização de exposições promove o desenvolvimento sinérgico de Macau e de Hengqin, contribui para o alargamento do espaço de desenvolvimento do sector e impulsiona a cooperação diversificada regional do sector.



Verificou-se uma tendência positiva no desenvolvimento da indústria cultural e desportiva. As esplêndidas actividades de espectáculos e artísticas em geral, realizadas nos complexos de resort, atraíram turistas de diversas origens a Macau. Realizaram-se espectáculos de marcas fixas com elementos da RAEM, visando criar projectos de marca de eventos culturais e artísticos e de criatividade cultural. Foi impulsionado o desenvolvimento da indústria cinematográfica e televisiva de Macau. Realizaram-se grandes eventos desportivos de alto nível, com o objectivo de promover o desenvolvimento sinérgico entre a indústria desportiva de Macau e outras indústrias conexas.

Relativamente ao aperfeiçoamento do ambiente de negócios, promoveu-se a produção legislativa no âmbito do apoio ao desenvolvimento das indústrias prioritárias, fomentou-se a governação electrónica no que respeita à prestação de serviços da área comercial e empresarial, aprofundou-se a digitalização dos serviços de registos predial e comercial e do notariado, e reforçou-se a captação de investimentos do exterior. Nos primeiros dez meses de 2023, o serviço "One Stop" ao Investidor recebeu 292 novos projectos de investimento, tendo concluído o acompanhamento de 213 projectos, que proporcionaram 805 postos de trabalho, envolvendo um valor total acumulado de investimento na ordem dos 1,299 mil milhões de patacas, valor superior ao do ano de 2022. Destes projectos de investimento, cujo acompanhamento foi concluído, mais de 40% pertenciam às indústrias "1+4". Foi dado apoio à reconversão e valorização das indústrias tradicionais. Elevou-se a imagem e a notoriedade da marca "Made in Macau", com recurso tanto ao modelo virtual como ao presencial. Tem-se tirado pleno proveito das políticas inerentes ao Acordo CEPA, promovendo a reconversão e um desenvolvimento de melhor qualidade do sector.



Maior empenho na promoção da diversificação adequada da economia

Novo Ritmo do Desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin e Integração na Conjuntura Geral do Desenvolvimento Nacional



A integração na conjuntura do desenvolvimento nacional representa uma grande oportunidade para a concretização da diversificação adequada e o desenvolvimento sustentável da economia de Macau. Em 10 de Dezembro de 2023, o Conselho de Estado aprovou o “Plano Geral de Desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (2022-2035)” e lançou, em 22 do mesmo mês, o “Plano Geral do Desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” (“Plano Hengqin”), o documento orientador que delinea o plano de desenvolvimento e as diretrizes para a Zona de Cooperação Aprofundada nos próximos dez a 15 anos.

O “Plano Hengqin” define, de acordo com o “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” (“Projecto Geral”), objectivos mais concretos em relação às três fases de 2024, 2029 e 2035, respectivamente, e apresenta um conjunto de políticas e medidas em relação ao desenvolvimento das novas indústrias, à construção de um novo lar, à construção de uma nova cidade e à criação de um novo sistema integrado de alto nível de abertura com Macau, que enriquecem ainda mais a conotação de Macau e da Zona de Cooperação Aprofundada, criando assim um novo espaço e oportunidades para o desenvolvimento das empresas locais e para a vida e o emprego dos residentes.

Desde a sua inauguração, há dois anos, que, com o forte apoio do Governo Central e sob o novo sistema de negociação, construção e administração conjuntas e de partilha de resultados, a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin vem a ser impulsionada, de forma pragmática, com novos resultados, tendo como eixo principal a promoção da diversificação adequada da economia de Macau e o foco centrado essencialmente nos projectos de desenvolvimento diversificado das indústrias. O desenvolvimento das “Quatro Novas” indústrias alcançou resultados preliminares visíveis e as características únicas de Macau têm vindo constantemente a aumentar. Até final de 2023, existiam 16.385 empresas das “Quatro Novas” indústrias, o que se traduziu num aumento de 10,2% em comparação com o período homólogo de 2022. O rendimento operacional das “Quatro Novas” indústrias cifrou-se em 19,689 mil milhões de patacas, um aumento de 24,6% em termos homólogos. O número de pessoas admitidas a emprego foi de 75.371, traduzindo um aumento de 13,6% em termos homólogos. O número de pessoas admitidas a emprego nas indústrias de serviços de Transmissão de Informações, Software e Tecnologia da Informação, de Cultura, Desporto e Recreação, de Investigação Científica e de Serviços Técnicos, pertencentes às “Quatro Novas Indústrias” nos termos da classificação sectorial, registou aumentos de 45,3%, 27,9% e 25,1%, respectivamente.

Na sequência da implementação em 2022 de políticas preferenciais de “duplo 15%” referentes ao imposto, com o forte apoio e a cooperação de diversos ministérios e comissões relevantes do Governo Central e do governo popular da província de Guangdong, foram divulgadas, em 8 de Fevereiro de 2023, as “Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, cujo conteúdo abrange, nomeadamente, o sistema de gestão da Zona de Cooperação, o planeamento e construção, a promoção do desenvolvimento das indústrias, a facilitação da vida e emprego dos residentes de Macau, o impulso da integração de Macau e Hengqin, a salvaguarda do primado da lei, fornecendo assim um forte apoio jurídico e garantia institucional para o desenvolvimento da

Zona de Cooperação Aprofundada.

Em 23 de Fevereiro, o Banco Popular da China, em conjunto com a Comissão Reguladora dos Bancos e Seguros da China (CBIRC), a Comissão Reguladora dos Títulos da China (CSRC), a Administração Estatal de Divisas (SAFE) e o Governo Popular da Província de Guangdong, publicou o "Parecer sobre o Apoio Financeiro para a Construção da Zona de Cooperação Profunda de Hengqin-Guangdong" (designado por 30 medidas financeiras de Hengqin). No Parecer, são apresentadas diversas medidas e políticas relacionadas com as actividades financeiras em benefício da vida da população, investimentos e financiamentos sobre o comércio transfronteiriço, bem como com o estabelecimento de interligações entre as infra-estruturas financeiras, de modo a enriquecer os elementos existentes na cooperação financeira entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada, e a criar espaço para o desenvolvimento inovador do sector financeiro das duas jurisdições, contribuindo para o desenvolvimento conjunto dos seus mercados financeiros.

Em 11 de Abril, foram emitidas medidas provisórias para a administração de políticas preferenciais de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares baseadas em listas de talentos qualificados de alto nível e urgentemente necessários na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, clarificando uma medida importante de que "será isenta a parte da carga do imposto sobre os rendimento pessoal superior a 15% das pessoas singulares baseadas em listas de talentos qualificados de alto nível e urgentemente necessários locais e estrangeiros na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin", o que marca a implementação total da política preferencial de imposto sobre os rendimento das pessoas singulares, ou seja, a política preferencial de imposto "duplo 15% em Hengqin". Foi fomentado o desenvolvimento de mecanismos diversificados de resolução de litígios. Inaugurou-se oficialmente uma zona de aglomeração dos assuntos jurídicos internacionais de Hengqin e Macau, na qual foram instalados nove organismos de serviços jurídicos públicos, de forma a serem mais facilmente prestados serviços jurídicos completos a empresas e residentes da Zona de Cooperação Aprofundada.

Promoveu-se de forma contínua a construção da interligação das infra-estruturas. Algumas faixas de rodagem para passagem permanente de veículos de passageiros e de mercadorias da segunda fase da instalação do Posto Fronteiriço Hengqin entraram em funcionamento, a título experimental, e foi implementado o modelo inovador de passagem fronteiriça "Inspeção fronteiriça integral", o que aumentou ainda mais a conveniência da passagem fronteiriça.

Prestaram-se apoios aos jovens de Macau na inovação e empreendedorismo na Zona de Cooperação Aprofundada. Foram criados 717 projectos de Hong Kong e Macau nas cinco bases de inovação e empreendedorismo para jovens de Hong Kong e Macau na Zona de Cooperação Aprofundada, e o número de postos de trabalhos criados por jovens empresários de Macau foi de 1123. Foi incentivada a instalação de 24 instituições de investimento e financiamento cooperativo em diferentes parques da Zona. Em 3 de Janeiro de 2024, foram publicadas oficialmente as "Medidas para a promoção da inovação e empreendedorismo entre os jovens de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin", que clarificam as condições e procedimentos para a identificação das bases de inovação e empreendedorismo para jovens de Hong Kong e Macau na Zona de Cooperação Aprofundada, especificando o apoio financeiro

que os sujeitos operacionais da Base podem obter, bem como a redução e isenção das rendas no arrendamento de escritórios e os incentivos que as empresas de jovens empreendedores de Macau podem receber.

Em 1 de Agosto de 2023, foram implementados o “Regulamento sobre a gestão do exercício de actividade dos profissionais de saúde da Região Administrativa Especial de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” juntamente com o “Método sobre o registo do exercício da profissão dos técnicos farmacêuticos da Região Administrativa Especial de Macau nas unidades de venda a retalho de produtos farmacêuticos na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, com vista a garantir que os profissionais de saúde e os técnicos farmacêuticos de Macau possam exercer a sua actividade na Zona de Cooperação Aprofundada de forma conveniente e ordenada.

A implementação de uma série de políticas importantes, impulsionou a aceleração do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada. Em 2023, o produto regional bruto da Zona de Cooperação Aprofundada cifrou-se em 47,253 mil milhões de patacas, marcando um aumento anual de 2,3%, cuja taxa de crescimento foi de 0,2 pontos percentuais superiores à dos 3 primeiros trimestres do ano. Até final de Dezembro de 2023, havia 55.544 entidades empresariais na Zona de Cooperação Aprofundada, o que representou um aumento anual de 1,6%, das quais 5952 eram empresas com capitais de Macau, ou seja, mais 62 empresas em relação ao final de Novembro, representando um aumento anual de 11,8%. Até finais de 2023, o número de residentes de Macau a trabalhar e a viver na Zona de Cooperação Aprofundada atingiu 11.524 pessoas, correspondendo a um aumento homólogo de 70,4%, das quais 5290 estavam empregadas, representando um aumento homólogo de 298,6%. O número de profissionais das áreas de medicina, construção civil e turismo de Hong Kong e Macau, a exercer actividades profissionais transfronteiriças, aumentou para 1315 pessoas.

No dia 28 de Novembro de 2023, o projecto “Novo Bairro de Macau” aceitou oficialmente subscrições para aquisição. O projecto está equipado com instalações de serviços vocacionados para o bem-estar da população, nomeadamente instalações de educação, cuidados de saúde, serviços para idosos, proporcionando serviços de educação, serviços de consulta externa em geral e serviços sociais aos residentes de Macau que se encontrem aí a viver. Seis itinerários de autocarro transfronteiriços foram estendidos de e para Macau. Até finais do ano, mais de mil pessoas tinham subscrito fracções do “Novo Bairro de Macau” para aquisição. Em 2 de Janeiro de 2024, o “Novo Bairro de Macau” realizou uma cerimónia online de assinatura de contrato de compra e de entrega de fracções prontas aos proprietários, tornando-se no primeiro projecto destinado ao bem-estar da população na Zona de Cooperação Aprofundada em que “os certificados de bens imobiliários são emitidos no momento de entrega de fracções construídas”. Desde a apresentação do pedido de aquisição até à obtenção do certificado imobiliário medeiam apenas cerca de seis semanas

Integração proactiva na conjuntura geral do desenvolvimento nacional

Em 2023, o Governo da RAEM desenvolveu, de forma contínua, o trabalho de implementação

das “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”. Foram promovidos ordenadamente os “Trabalhos prioritários da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau no ano de 2023” e foi dado acompanhamento à implementação do “Planeamento do desenvolvimento industrial moderno da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (2021-2035)”.

Foram melhoradas, de forma constante, as políticas e medidas facilitadoras do trabalho e da vida dos residentes de Macau nas cidades da Grande Baía. Foram concretizadas, em 1 de Janeiro de 2023, e optimizadas, de forma contínua, a política e as medidas relativas à “Circulação de Veículos de Macau na Província de Guangdong”. Até finais do ano, o número acumulado de veículos com matrícula de Macau, que entraram e saíram de Macau, ultrapassou 1,1 milhão. A entrada em vigor do “Acordo de reconhecimento recíproco das cartas de condução de veículos motorizados entre o Interior da China e Macau” e a assinatura do “Acordo sobre as Quotas para os Autocarros e Táxis Transfronteiriços entre Guangdong e Macau”, adicionadas à política-piloto de emissão de vistos aos talentos que viajam para Hong Kong e Macau, facilitaram ainda mais a circulação dos residentes do Interior da China e de Macau entre as duas regiões.

O Governo da RAEM aprofundou, de forma proactiva, a cooperação com a região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e o apoio ao intercâmbio e cooperação entre as províncias e regiões do Pan-Delta e os países de língua portuguesa. Reforçou-se a cooperação entre Hong Kong e Macau, nomeadamente nos domínios da inovação científica e tecnológica, das finanças, da medicina tradicional chinesa, do turismo, da cultura e do desporto, de convenções, exposições e comércio. Através do mecanismo das reuniões de cooperação de Guangdong-Macau, Xangai-Macau e Fujian-Macau, promoveu-se a respectiva cooperação em áreas-chave. Implementou-se ordenadamente o mecanismo de equipa especializada de cooperação com a província de Hainan, a cidade de Chongqing, a cidade de Shenzhen e a cidade de Foshan e, ainda, com outras províncias, regiões e cidades do Interior da China. Foi assinado um acordo-quadro de cooperação para a revitalização das aldeias e Macau participou pragmaticamente no apoio à revitalização rural na província de Jiangxi.

Organizou-se uma série de actividades para celebrar os 20 anos da criação do Fórum de Cooperação Económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau). Por esta ocasião, reforçaram-se os serviços de apoio à cooperação empresarial sino-lusófona no sentido de potenciar o papel de Macau como plataforma na promoção do intercâmbio e da cooperação entre a China e os países de língua portuguesa em diferentes vertentes.



Promoção da integração de alto nível entre Macau e Hengqin



Integração, de forma proactiva e por iniciativa própria, na conjuntura do desenvolvimento nacional

Construção de uma Barreira Sólida de Segurança Nacional e Herança da Tradição de Patriotismo e Amor por Macau



A defesa da segurança nacional garante a estabilidade nacional a longo prazo, bem como a prosperidade e a estabilidade de Macau, sendo, por isso, um dever de todo o povo chinês, incluindo a população de Macau. Em 2023, o Governo da RAEM implementou com seriedade o espírito consagrado no relatório do 20.º Congresso Nacional e o espírito transmitido nos importantes discursos e instruções do Presidente, Xi Jinping, e executou com precisão e firmeza e de forma abrangente os princípios orientadores “um país, dois sistemas”, defendendo com firmeza a soberania, a segurança e os interesses do desenvolvimento do País e aperfeiçoando, de forma constante, o regime jurídico e mecanismo de execução relativos à defesa da segurança do Estado.

Conclusão da revisão da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado” consolida o fundamento da segurança

Em 2023, foram concluídos na RAEM os trabalhos legislativos relativos à alteração à “Lei relativa à defesa da segurança do Estado” e aos respectivos diplomas legais complementares, o que oferece uma garantia legal sólida para a defesa de segurança do Estado.

Na tarde de 18 de Maio, a reunião plenária da Assembleia Legislativa aprovou na especialidade a proposta de lei intitulada “Alteração à Lei n.º 2/2009 - Lei relativa à defesa

da segurança do Estado”, a qual entrou em vigor no dia 30 de Maio. Comparativamente com a versão anterior da Lei n.º 2/2009, que era uma lei penal avulsa, a “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, na sua versão actual, assumiu um novo posicionamento e tornou-se numa lei básica, principal e essencial do sistema jurídico da defesa da segurança do Estado na RAEM. Na versão actual da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, foi introduzida uma série de regras, com conceitos e princípios passíveis de destacar as matérias principais. Para lidar mais eficientemente com as alterações conjunturais dos crimes contra a segurança do Estado, foram redefinidos, na versão actual da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, sete crimes contra a segurança do Estado, e aditadas regras processuais específicas e medidas processuais especiais, bem como três medidas preventivas, com vista a responder, de forma atempada e eficaz, aos riscos e ameaças contra a segurança em geral e a aperfeiçoar o regime do princípio “um país, dois sistemas”, de forma a coordenar e defender a segurança e o desenvolvimento do País e da sociedade de Macau, e clarificar ainda mais a responsabilidade e obrigação do Governo da RAEM e dos diversos sectores sociais pela defesa da segurança do Estado.

Em Junho, a Comissão de Defesa da Segurança do Estado da Região Administrativa Especial de Macau realizou a primeira reunião plenária do ano de 2023, na qual estiveram presentes o director do Gabinete de Ligação do Governo Central, Zheng Xincong, e o subdirector do mesmo Gabinete, Huang Liuquan, na qualidade de assessor para os assuntos de segurança nacional e de assessor técnico para os assuntos de segurança nacional, respectivamente.

O Presidente da Comissão e também Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, apontou que, na nova conjuntura de segurança na nova era, o Governo da RAEM precisa de aproveitar a implementação da revisão da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, na boa base existente para reforçar de forma contínua o amor pela Pátria e por Macau por parte da população em geral, desenvolver aprofundadamente acções de divulgação e sensibilização nesse âmbito, melhor coordenar a segurança e o desenvolvimento, aperfeiçoar permanentemente o sistema da defesa da segurança do Estado na RAEM e salvaguardar efectivamente a estabilidade do Estado e da sociedade da RAEM.

Revisão da Lei Eleitoral e implementação do princípio “Macau governada por patriotas”

Paralelamente à implementação correcta da versão actual da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, o Governo da RAEM continuou a aperfeiçoar e a melhorar a produção legislativa complementar e o mecanismo de execução da lei, tão necessárias à manutenção do sistema da defesa da segurança nacional na RAEM, bem como a elevar a consciencialização de todos os sectores da sociedade e dos residentes sobre a segurança nacional e a unir forças entre todos os sectores para a defesa firme da Constituição e da Lei Básica, as quais garantem a ordem constitucional na RAEM, implementando, de forma correcta e plena, o conceito geral da segurança do Estado e assegurando a implementação estável e duradoura do princípio “um país, dois sistemas”.

Para implementar plenamente o princípio “Macau governada por patriotas”, e segundo a

proposta relativa ao aperfeiçoamento do regime eleitoral da Assembleia Legislativa apresentada pela Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa, o Governo da RAEM realizou uma consulta pública sobre a revisão da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, que teve início em 15 de Junho e decorreu por um período de 45 dias. Durante o período de consulta, o Governo da RAEM realizou um total de oito sessões de consulta. Através da participação em colóquios e programas de rádio, entre outros, apresentou, de forma abrangente, o ponto de situação da revisão das leis junto das associações e dos cidadãos. As individualidades dos diversos sectores sociais apresentaram, por meio de carta, entrega pessoal, telefax, telefone e meios electrónicos, entre outros meios, um total de 571 textos de opiniões, que incluem 6112 opiniões e sugestões concretas, das quais 2439 dizem respeito à “Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo” e 3673 à “Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa”. Posteriormente, o Governo da RAEM concluiu os relatórios finais da consulta pública sobre a revisão da “Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo” e da “Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa” em Agosto e em Novembro, respectivamente.

Com base numa ampla auscultação de opiniões e sugestões de personalidades de diversos sectores da sociedade, e tendo em conta a situação real de Macau, a Lei n.º 20/2023 (Alteração à Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo) foi publicada em Boletim Oficial em 27 de Dezembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2024. No que diz respeito ao aperfeiçoamento das disposições sobre os requisitos exigidos aos candidatos propostos à eleição para o cargo de Chefe do Executivo e aos participantes nas eleições dos membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo (Comissão Eleitoral), foram adotados os requisitos de defesa da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China para a candidatura e exercício do cargo dos membros da Comissão Eleitoral, prevê-se que os candidatos propostos para a eleição do Chefe do Executivo e os participantes nas eleições dos membros da Comissão eleitoral não podem ser membros de parlamento ou governo de Estado estrangeiro, e que os candidatos propostos à eleição para o cargo de Chefe do Executivo e aos participantes nas eleições dos membros da Comissão Eleitoral têm de assinar e apresentar uma declaração sincera de defesa da Lei Básica e de fidelidade à RPC e à RAEM, não podendo candidatar-se aqueles que se recusem a assinar a declaração.

A par disso, a Lei criou um mecanismo para garantir o bom funcionamento do processo de verificação da capacidade, consagrou a definição legal dos critérios de verificação de capacidade e enumerou, a título exemplificativo, os critérios para efeitos de ponderação, estipulando expressamente que cabe à Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM verificar se os candidatos propostos à eleição para o cargo de Chefe do Executivo e os participantes nas eleições dos membros da Comissão Eleitoral defendem a Lei Básica e são fieis à RPC e à RAEM, bem como emitir parecer vinculativo para a Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo sobre a verificação de desconformidades. Relativamente à decisão tomada pela Comissão de Defesa da Segurança do Estado, não é permitido apresentar reclamação junto da Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo, nem interpor recurso contencioso junto dos tribunais.

A Lei prevê ainda que não é admitida a candidatura dos candidatos propostos à eleição para o cargo de Chefe do Executivo e dos participantes nas eleições dos membros da Comissão Eleitoral que, no ano da apresentação das candidaturas ou nos cinco anos civis anteriores,

tenham sido considerados, nos termos da lei, não defensores da Lei Básica ou não fiéis à RPC e à RAEM. Por outro lado, a Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo passou a ser uma instituição permanente, a fim de que possa proceder ao acompanhamento contínuo para verificar se os membros da Comissão Eleitoral reúnem os requisitos legais durante o seu mandato e decidir atempadamente sobre a perda da qualidade de membro.

O trabalho de revisão da “Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa” foi promovido de forma ordenada. O Conselho Executivo concluiu a discussão, em 10 de Novembro, e submeteu a proposta de lei “Alteração da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau” à Assembleia Legislativa para apreciação. O conteúdo principal da proposta de lei incluía a criação de um mecanismo para garantir o bom funcionamento do processo de verificação de capacidade, o reforço de medidas para combater irregularidades e a optimização de procedimentos eleitorais.

Defesa da cibersegurança numa perspectiva de salvaguarda da segurança nacional

À medida que a situação de segurança interna e externa se torna cada vez mais complexa e severa, os grupos fraudulentos online, as organizações profissionais de hackers e até mesmo as atividades de hackers com antecedentes estatais constituem ameaças contínuas e de graus diferentes à segurança nacional, à sociedade de Macau e até mesmo a cada residente, por isso, a cibersegurança tornou-se numa questão de segurança de primeira linha da defesa da segurança nacional.

Em 10 de Outubro, a Comissão para a Cibersegurança (CPC) realizou a reunião plenária deste ano. O Presidente da CPC, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, salientou que a capacidade da defesa da cibersegurança é uma garantia fundamental para o desenvolvimento da nova era, e pediu que todos os serviços encarem o desenvolvimento da cibersegurança numa perspectiva de salvaguarda da segurança nacional e dominem com precisão a relação inerente entre o desenvolvimento e a segurança, para garantir um novo modelo de desenvolvimento através de um novo modelo de segurança.

Para tal efeito, o Governo da RAEM tem cooperado activamente com diversos sectores da sociedade para reunir recursos e esforços, no sentido de defender efectivamente a cibersegurança e a segurança nacional em geral, garantir o funcionamento contínuo e estável da sociedade e salvaguardar os direitos e interesses legítimos da população e das empresas.

Nos dias 23 e 24 de Novembro, o Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC) realizou, o ensaio de um incidente de cibersegurança, o qual contou com a participação das cinco entidades de supervisão, nomeadamente a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos e os Serviços de Saúde, e 37 operadores de infra-estruturas críticas, que representam os oito sectores privados, para melhorar a sensibilização dos operadores das infraestruturas críticas sobre a cibersegurança e a sua capacidade de prevenção, resposta e resolução a nível de gestão e técnicas de cibersegurança, e apurar o mecanismo de resposta a eventuais incidentes e os

procedimentos de trabalho que envolvem o CARIC, as entidades de supervisão e os operadores, no intuito de proteger eficazmente a cibersegurança de Macau e garantir o normal funcionamento da sociedade. Em 7 de Dezembro, realizou ainda o “Fórum de Segurança Cibernética 2023”, tendo convidado vários peritos e académicos do Interior da China, de Hong Kong e de Macau para apresentar, aos participantes, diversos temas de cibersegurança de ponta, contribuindo para elevar a capacidade de cibersegurança dos operadores de infra-estruturas críticas, de forma a promover continuamente o nível geral de segurança de Macau.

Por outro lado, Macau recuperou da pandemia e reabriu-se, gradualmente, ao exterior. Para reforçar a consciência sobre a cibersegurança dos operadores das infra-estruturas críticas dos sectores dos transportes marítimo, terrestre e aéreo, e aumentar a sua capacidade de prevenção, resposta e resolução a nível de gestão e técnicas de cibersegurança, bem como controlar com eficácia os diversos tipos de riscos no âmbito da cibersegurança, o CARIC realizou, no dia 30 de Janeiro, com as entidades de supervisão e os operadores deste sector, o ensaio de um incidente de cibersegurança.

Aprofundamento da educação sobre o patriotismo e o amor por Macau e reforço da consciencialização sobre a segurança nacional



Com vista a permitir à população em geral conhecer melhor o conteúdo da segurança nacional e inteirar-se da importante relação entre a defesa da segurança nacional e os residentes de Macau, o Governo da RAEM tem cooperado, de forma continua, com os diversos sectores

da sociedade no sentido do reforço da divulgação e educação sobre a segurança do Estado.

O dia 15 de Abril de 2023 assinalou o 8.º aniversário “Dia da Educação da Segurança Nacional”. O Governo da RAEM e o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM co-organizaram, pelo sexto ano consecutivo, a “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional”. O Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, afirmou, ao discursar na cerimónia de inauguração, que a segurança nacional é um apoio fundamental para o desenvolvimento harmonioso e transmissão do multiculturalismo em Macau, e que o Governo da RAEM iria intensificar estrategicamente as acções vocacionadas para juventude, apoiando os jovens no seu desenvolvimento e a nova geração a integrar-se melhor na conjuntura do desenvolvimento nacional, e que continuaria a reforçar a educação do amor pela Pátria e por Macau e a consciência sobre a segurança nacional junto dos jovens, a fim de garantir que esta gloriosa tradição do patriotismo e do amor por Macau seja transmitida de geração em geração.

A “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional”, que esteve patente durante um mês, foi muito bem recebida por todos os sectores da sociedade. A diversidade do formato de exibição atraiu um número elevado de visitantes, incluindo membros de associações cívicas, organizações juvenis, escolas e grupos de trabalhadores da Administração Pública e de empresas privadas, tendo recebido mais de 60.138 mil visitantes, marcando um novo recorde, e o número de visualizações da sua página electrónica temática foi superior a 1,2 milhões. A exposição permitiu aos residentes de Macau recordarem e reflectirem sobre o significado inspirador e orientador do “conceito geral da segurança do Estado” para a segurança e desenvolvimento do País e da RAEM, e aos visitantes, designadamente à geração mais jovem, compreenderem que a segurança nacional é premissa importante da estabilidade e do desenvolvimento de Macau e da felicidade pessoal dos seus residentes, reforçando assim o conceito de segurança nacional.

Em resposta às novas circunstâncias do desenvolvimento do País e da sociedade de Macau, nomeadamente às novas exigências da Lei de Educação Patriótica, promulgada pelo Estado em Outubro, referentes à realização da educação prática de “um país, dois sistemas”, ao reforço do espírito patriótico dos compatriotas da RAEM e à defesa consciente da soberania, da unidade e da integridade territorial do País, o Governo da RAEM tem aprofundado, de forma contínua, a cooperação com o sector educativo, através da promoção da realização pelos diversos departamentos relevantes de acções de divulgação da Constituição, da Lei Básica de Macau e da Lei relativa à defesa da segurança do Estado nas escolas, a fim de ajudar os jovens estudantes a conhecer o papel e a importância da segurança do Estado, da Constituição Nacional e da Lei Básica de Macau na garantia da prosperidade e desenvolvimento de longo prazo e da felicidade e bem-estar da população de Macau.

Por ocasião das comemorações solenes do 30.º Aniversário da Promulgação da Lei Básica da RAEM, o Governo da RAEM, junto com associações populares, organizou acções multimédia diversificadas de sensibilização e educação, que decorreram durante nove meses a partir de Abril, de modo a aprofundar a correcta compreensão e conhecimento da Lei Básica e do princípio “um país, dois sistemas” por parte de diversos sectores da sociedade.

Em termos de construção curricular e de material didáctico, o departamento de educação continuou a promover junto das instituições de ensino superior e escolas de ensino não superior a educação sobre a situação nacional, a compilação e publicação de materiais didácticos

complementares da “Educação sobre a Constituição” e materiais didáticos locais das disciplinas tais como a “Moralidade e Cidadania”, e o lançamento de materiais didáticos complementares da “Educação sobre a Segurança Nacional”, de modo a cultivar e elevar activamente os sentimentos dos estudantes de Macau sobre o seu lar e o seu País, e reforçar o sentido de identidade e pertença nacional da geração mais jovem.



Firmeza na defesa da segurança nacional e da estabilidade social

Optimização Contínua do Trabalho em Prol do Bem-Estar da População e Garantia Plena da sua Habitação e Emprego



Em 2023, o Governo da RAEM adoptou de forma contínua medidas eficazes para responder proactivamente às aspirações dos residentes em termos de qualidade de vida, aumentando assim o seu bem-estar.

Aperfeiçoamento das instalações complementares de bem-estar e implementação de política de habitação

Em 2023, o Governo da RAEM continuou a melhorar os serviços sociais e da segurança

social com base na manutenção das medidas e benefícios de bem-estar já existentes. O subsídio para cuidadores tornou-se numa medida permanente através do “Regulamento de atribuição do subsídio para cuidadores”, aprovado pelo Despacho da Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 95/2023, que entrou em vigor em 1 de Dezembro. Uma vez que o subsídio para cuidadores passou a ser uma medida permanente, manteve-se inalterado o objectivo da política, que visa conceder um subsídio especial a indivíduos com reduzidos recursos económicos que, necessitem de recorrer a cuidados continuados e intensivos, de modo a atender às suas necessidades de cuidados na vida.

O Governo da RAEM continuou a melhorar a qualidade dos serviços de cuidados de saúde. Com o envelhecimento demográfico e a prevalência de doenças crónicas, a procura de serviços médicos especializados pelos residentes de Macau continua a crescer. Nos últimos dez anos, o número de doentes internados no Centro Hospitalar Conde de São Januário aumentou em 50%, enquanto o número de consultas externas subiu em 40%. Neste sentido, a inauguração em 27 de Outubro de 2023 do Edifício de Especialidade de Saúde Pública dos Serviços de Saúde e a entrada em funcionamento, a título experimental, em 20 de Dezembro, do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas - Centro Médico de Macau do Peking Union Medical College Hospital, vieram responder, de forma eficaz, às necessidades do desenvolvimento social e continuara elevar e garantir os cuidados de saúde dos residentes.

Em articulação com a construção de Macau saudável, a Lei n.º 6 /2023 (Regime de prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas por menores) entrou em vigor no dia 5 de Novembro. Tendo por objectivo reduzir os riscos ou danos para a saúde dos menores causados pelo consumo de bebidas alcoólicas, a nova lei estabelece limitações à venda, disponibilização e consumo de bebidas alcoólicas e, ao mesmo tempo, através da elaboração de medidas de restrição de publicidade e promoção de bebidas alcoólicas, reduz o incentivo externo ao consumo de bebidas alcoólicas por menores.

Garantir habitação a todos os que dela necessitem, proporcionando condições básicas de habitação, é a base da política habitacional do actual Governo, que se empenhou na optimização de diversas políticas habitacionais, de acordo com a evolução social, económica, demográfica, e no apoio aos residentes na resolução dos seus problemas habitacionais em função das suas capacidades económicas, pelo que, criou, especialmente, habitações intermédias e apartamentos para idosos, destinados à “classe intermédia” e aos idosos, para melhor resolver as questões de habitação em Macau.

Em 6 de Novembro de 2023, teve início a aceitação das candidaturas à utilização dos apartamentos da Residência do Governo para Idosos, lançada pelo Governo da RAEM. Segundo o “Regulamento de Utilização e Gestão da Residência do Governo para Idosos”, os candidatos à Residência do Governo para Idosos devem possuir capacidade de autocuidado para viver no domicílio. A fim de apoiar os idosos utilizadores da Residência a enriquecerem a sua vida quotidiana e a participarem nas actividades comunitárias, e em conjugação com os recursos sociais em termos de cuidados para a prestação de assistência individual aos idosos necessitados, a Residência dispõe de Clubhouse, de apoio de emergência, carinho da sociedade, serviços assegurados por Serviços Públicos, entre outros. Verificou-se uma reacção muito positiva na apresentação das candidaturas às 759 fracções da primeira fase. Em 10 de Dezembro, o Conselho Executivo concluiu a discussão sobre a proposta de lei intitulada “Regime da transmissão de

fracções autónomas de edifícios afectadas a habitação económica e habitação intermédia”, a qual seria submetida à apreciação da Assembleia Legislativa.

O Governo da RAEM implementou efectivamente a política de habitação em classes. O mecanismo da candidatura de carácter permanente à habitação social tem funcionado suavemente, com o tempo médio de espera por uma fracção de cerca de um ano. 95% dos arrendatários de habitação social estão isentos do pagamento da renda. Está em curso, conforme consagrado no Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, o segundo concurso para habitação económica, envolvendo 5415 fracções. Em Macau, a insuficiência da oferta de habitação económica, preocupação de longa data dos residentes, está basicamente colmatada.

Garantia do emprego e elevação da aptidão profissional dos residentes

Durante a pandemia, o Governo da RAEM lançou o “Plano de Formação Subsidiada” como uma medida de apoio temporária, com o objectivo de apoiar as pessoas afectadas pela pandemia no aumento das suas competências profissionais, na sua integração no mercado de trabalho, bem como na obtenção de um certo apoio económico. O Plano, lançado em Setembro de 2020, foi optimizado por três vezes, tendo sido aumentado o número de vezes de participação no Plano, alargado o âmbito dos destinatários, aligeirados os requisitos de candidatura e acelerada a atribuição de subsídios aos formandos qualificados, de modo a atingir o objectivo de que mais pessoas afectadas pela pandemia sejam beneficiadas.



Desde o lançamento do Plano de Formação Subsidiada até Novembro de 2023, foram organizados mais de 1210 cursos, com mais de 29.000 pessoas inscritas, das quais mais de 25.800 concluíram os cursos e mais de 25.000 receberam subsídios de formação, envolvendo um montante na ordem dos 149 milhões de patacas. Um dos seus tipos, o “Plano de formação subsidiada orientada para a empregabilidade” destinado aos desempregados e recém-graduados das instituições do ensino superior, contou com a participação de cerca de 16.500 pessoas, das quais mais de 3900 integradas com sucesso no mercado de trabalho, representando cerca de 24% do número de pessoas que concluíram o curso. Em relação às que ainda estão à procura de emprego, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) irá apoiá-las no sentido da sua integração no mercado de trabalho.

Ao longo de 2023, a DSAL apoiou a colocação bem-sucedida de um total de 13.835 residentes no mercado de trabalho através de diversos serviços de emparelhamento de emprego online e offline. Com o fim da pandemia, a economia global e o ambiente de emprego de Macau melhoraram continuamente e o “Plano de Formação Subsidiada” terminou no final de 2023.

Por outro lado, com vista a garantir o direito e interesse de emprego dos residentes, a Lei n.º 5/2020 (Salário mínimo para os trabalhadores) entrou em vigor em 1 de Novembro de 2020, e nos termos do disposto nesta lei, a primeira revisão do valor do salário mínimo ocorreu dois anos após a sua entrada em vigor. Em 2023, o Governo da RAEM concluiu o trabalho de revisão da Lei n.º 5/2020, tendo alterado os valores do salário mínimo através da Lei n.º 19/2023 (Alteração à Lei n.º 5/2020 - Salário mínimo para os trabalhadores), publicada em 18 de Dezembro de 2023, e com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2024, os quais passaram a ser de: 7072 patacas por mês, para remunerações calculadas ao mês; 1632 patacas por semana, para remunerações calculadas à semana; 272 patacas por dia, para remunerações calculadas ao dia; 34 patacas por hora, para remunerações calculadas à hora; e 34 patacas em média por hora, para remunerações calculadas em função do resultado efectivamente produzido.

Reserva de quadros qualificados industriais em articulação com o desenvolvimento diversificado

O Governo da RAEM tem estado empenhado na constituição das reservas de quadros qualificados necessários ao desenvolvimento económico e social da RAEM, através da implementação de políticas relativas à formação de quadros qualificados, ao regresso de quadros qualificados e à captação de quadros qualificados, a fim de colmatar a escassez de recursos humanos considerados necessários ao desenvolvimento das indústrias chave da RAEM, com vista a assegurar o desenvolvimento estável e sustentável da sociedade e da economia de Macau.

Com a entrada em vigor, no dia 1 de Julho de 2023, da Lei n.º 7/2023 (Regime jurídico de captação de quadros qualificados), do Regulamento Administrativo n.º 19/2023 (Regulamentação do regime jurídico de captação de quadros qualificados) e do Regulamento Administrativo n.º 20/2023 (Comissão de Desenvolvimento de Quadros Qualificados), e em articulação com estratégia do desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, o Governo da RAEM publicou, sucessivamente, a partir de Agosto, os detalhes dos programas de captação de

quadros qualificados, visando atrair quadros qualificados de topo para elevar a capacidade de inovação, a competitividade e o prestígio internacional da RAEM, que possibilitem a criação de uma base sólida para o desenvolvimento das diversas indústrias na RAEM e que, atentas as suas capacidades técnicas e experiência profissionais, venham a desempenhar um papel orientador e impulsionador de quadros qualificados, aperfeiçoando consequentemente a construção do sistema de quadros qualificados de Macau e promovendo e impulsionando o desenvolvimento de diversificação adequada de economia.

Em 2023, deu-se continuidade ao “Programa de Estímulo à Formação e aos Exames de Credenciação de Quadros Qualificados”, premiando os candidatos qualificados que obtiveram certificações no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2023. Focado nas necessidades de desenvolvimento industrial e na promoção da formação de talentos, o Programa abrange os seguintes catálogos de prémios: Catálogo do Prémio de Línguas Estrangeiras, Catálogo do Prémio de Exames de Credenciação Sectoriais, Catálogo do Prémio de Credenciação dos Quadros Qualificados de Finanças Modernas e Catálogo do Prémio de Credenciação dos Quadros Qualificados de Tecnologia da Informação.

O Governo da RAEM continuou a promover o desenvolvimento da educação. Em 2023, diversas instituições de ensino superior de Macau subiram na classificação global do ensino superior. Através do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia (FDCT), o Governo da RAEM concedeu apoio prioritário aos projectos nas três áreas principais, circuitos integrados, biomedicina e tecnologia digital, tendo promovido com sucesso, até 2023, a transformação de resultados ou a cooperação indústria-universidade-investigação de seis projetos-chave de Investigação e Desenvolvimento na Zona de Cooperação Aprofundada. O FDCT lançou serviços de bolsas de contacto da indústria-universidade-investigação para ajudar a combinar as necessidades tecnológicas das empresas de Macau com os resultados de investigação científica das instituições académicas e de investigação, e dar apoio financeiro para parte dos custos de investigação e desenvolvimento das empresas cujos projectos estabeleceram parceria com sucesso.

No tocante ao ensino não superior, através da integração dos recursos das escolas públicas, desenvolveram-se continuamente os cursos de educação técnica e profissional, de modo a colmatar as necessidades de quadros qualificados exigidos pela diversificação das indústrias. As acções, desde o aprofundamento do ensino bilingue de chinês e português à promoção da inovação na concepção de projectos pedagógicos, visam fomentar o desenvolvimento integral e a saúde física e mental dos estudantes. Foram publicados, em 2023, os resultados do (PIRLS 21), estudo internacional que mede o “Progresso da Literacia de Leitura”, e do (PISA 22), “Programa Internacional de Avaliação de Alunos”, segundo os quais foram, mais uma vez, reconhecidas a educação e a capacidade dos estudantes de Macau.

Optimização das instalações culturais e desportivas para enriquecimento da vida da população

O Governo da RAEM tem prestado atenção ao desenvolvimento físico, mental, cultural e desportivo dos residentes. Relativamente à optimização de instalações, os Estaleiros Navais de

Lai Chi Vun em entraram em pleno funcionamento em Junho de 2023. Através de um plano de revitalização e restauro desta zona histórica, criou-se um marco cultural emblemático, a fim de promover o desenvolvimento dos bairros comunitários e do turismo cultural. Em articulação com estratégia do desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”, promoveu-se de forma proactiva a construção de uma “base de intercâmbio e cooperação de coexistência multicultural com a cultura chinesa como predominante”. Em 2023, para além da zona dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun, a equipa de trabalho do Governo da RAEM, juntamente com as seis grandes empresas de turismo e lazer integrado, impulsionou, de forma contínua, o trabalho de revitalização e restauro de outros bairros históricos de Macau, proporcionando aos residentes e turistas uma boa experiência de entretenimento e lazer durante as longas férias e festivais.



Teve lugar, em 3 de Julho, a cerimónia de inauguração do Teatro-Estúdio do Centro Cultural de Macau, que irá proporcionar aos jovens artistas locais um espaço de formação e de actuação bem equipado e promover ainda mais o desenvolvimento das artes culturais e performativas dos jovens.

O Governo da RAEM tem apoiado totalmente o desenvolvimento do desporto e melhorado as instalações desportivas. Com base no funcionamento do Centro de Formação e Estágio de Atletas, foi desenvolvido o planeamento do “Edifício de Apoio ao Centro de Formação e Estágio de Atletas”, de forma a dar o maior apoio ao treino e desenvolvimento de atletas. As delegações desportivas de Macau participaram nos Jogos da Juventude do Leste Asiático de 2023, nos 19.^{os} Jogos Asiáticos, nos 4.^{os} Jogos Para-Asiáticos e nos 1.^{os} Jogos Nacionais de Estudantes (Jovens), tendo alcançado resultados frutíferos.

Aprofundamento da governação electrónica para implementar serviços convenientes para a população e o sector empresarial

Em 2023, o Governo da RAEM continuou a aprofundar a construção da governação electrónica, de forma a implementar o conceito de governação de conveniência para as pessoas e empresas. Foram optimizadas as funcionalidades e os serviços da “Conta Única de Macau” e o âmbito do modelo de serviços convenientes para as pessoas tem vindo a ser alargado com um constante aumento do número de serviços e funcionalidades. São proporcionados 319 serviços e funções, que abrangem diversas áreas, nomeadamente, benefícios sociais, emprego, transporte, deslocação, de saúde, educação, cultura e recreação, empreendedorismo e negócios, certidão ou certificado de registo e pagamento de despesas domésticas. O número de pessoas registadas na conta electrónica “Conta Única de Macau”, foi superior a 560 mil, aproximando-se do número total do censo populacional.

Foram desencadeados os trabalhos de alteração à Lei n.º 2/2020 (Governação electrónica), optimizando-se o âmbito de aplicação da lei, a aplicabilidade dos documentos electrónicos, os processos com atendimento digital, os critérios fiscais de certificação electrónica e as notificações electrónicas, de forma a promover o desenvolvimento sustentável da governação electrónica na RAEM.



Ações pragmáticas e eficazes vocacionadas para a melhoria da qualidade de vida da população



Impulsionamento dos trabalhos nas áreas dos quadros qualificados, da cultura, da educação e da juventude



Prorrogação de medidas de benefício e de garantia do bem-estar da população

Promoção Ordenada da Construção Urbana e Construção Conjunta da Cidade Habitável

O Governo da RAEM tem promovido, de forma ordenada, a construção urbana, dedicando-se a proporcionar um ambiente ideal de habitação e turismo para residentes e visitantes. Relativamente ao aperfeiçoamento do planeamento urbano e ao reforço da gestão das zonas marítimas, em 2023 foi dado início aos trabalhos de elaboração dos planos de pormenor de diversas zonas de Macau, nomeadamente das zonas Este-2, Porto Exterior-1, Porto Exterior-2, Norte-1 e Taipa Central-2. Foi solicitado, nos termos legais, parecer do Governo Central sobre os projectos da “Lei de Uso das Áreas Marítimas”, do Zoneamento Marítimo Funcional e do Plano das Áreas Marítimas de Macau, os quais foram objecto de consulta pública em 29 de Dezembro, durante 50 dias, e constituirão fundamentos importantes para o Governo da RAEM regular a

gestão das áreas marítimas de 850 mil metros quadrados demarcadas pela Autoridade Central.

Com o desenvolvimento urbano e obras no mar em Macau, aumenta cada vez mais a pressão sobre a deposição de material dragado nos últimos anos. Com o apoio do Governo Central, o Governo da RAEM e o Ministério da Ecologia e Meio Ambiente assinaram um acordo de cooperação sobre a gestão de deposição do material dragado de Macau nas águas do Estuário do Rio das Pérolas, criando um mecanismo de deposição inter-regional do material dragado de Macau e contribuindo assim para o desenvolvimento dos projectos no mar de Macau.

O Governo da RAEM impulsionou, de forma proactiva, as empreitadas públicas de grande envergadura. Foram concluídas a produção e a montagem de caixa de vigas em aço na quarta ponte marítima Macau-Taipa, cuja inauguração está prevista para o segundo trimestre de 2024. A Direcção dos Serviços de Obras Públicas realizou o evento "Escolha do nome a atribuir à 4.ª Ponte Macau-Taipa", no período entre 16 de Dezembro de 2023 e 15 de Janeiro de 2024, esperando recolher da população sugestões para o nome a atribuir à ponte. A par disso, foi concluída a empreitada da construção da superestrutura do Edifício do Laboratório Central do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, tendo sido finalizados todos os projectos da primeira fase. Foi promovida, de forma ordenada, a construção das redes viárias e da galeria técnica da Zona A.



A Empreitada de Construção Principal para a Estação da Barra e a Empreitada de Construção Principal da Linha Seac Pai Van do Metro Ligeiro foram concluídas. Em 8 de Dezembro de 2023, foi inaugurada a Extensão da Linha da Taipa do Metro Ligeiro até à Estação da Barra, formando assim o primeiro troço de travessia marítima do Metro Ligeiro. A empreitada de construção da estrutura principal da Linha Hengqin foi concluída no quarto trimestre de 2023.

O aterro e a ampliação do Aeroporto Internacional de Macau foram aprovados pelo Governo Central. A Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau S.A.R.L. procedeu à revisão da área exclusiva do aeroporto e à elaboração do plano de execução das obras de aterro. Os trabalhos

preliminares de fiscalização foram iniciados. Foi promovida a construção, de forma ordenada, de dois edifícios de escritórios públicos no Lote 12 do Novo Aterro do Porto Exterior.

Foi concluído e entregue aos serviços competentes o Posto de Transferência de Mercadorias Transfronteiriças de Macau da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau. Foi entregue para entrada em funcionamento a Ponte de Acesso que Liga a Universidade de Macau ao Posto Fronteiriço Hengqin. No segundo trimestre de 2023 foi concluída a obra de superestrutura da Empreitada de Construção de Habitação Social na Avenida de Venceslau de Moraes. Foram disponibilizadas sucessivamente 5600 fracções de habitação social e de habitação económica na Avenida de Venceslau de Moraes e em vários lotes da Zona A.

O Governo da RAEM esteve empenhado na construção de uma rede de transporte tridimensional. Através da concretização da construção de três redes, ferroviária, pedonal e rodoviária, será criado um sistema de transporte terrestre seguro, verde, eficiente, conveniente e acessível para promover o desenvolvimento urbano e suportar a integração de Macau na conjuntura geral do desenvolvimento nacional. A rede pedonal inclui a construção de instalações pedonais tridimensionais nos principais troços e cruzamentos rodoviários, que se coordenam com instalações pedonais horizontais. O elevador situado na passagem superior para peões na Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues e a faixa pedestre cruzada na Avenida do Almirante Lacerda entraram em funcionamento. Tiveram início as obras da Empreitada de Concepção e Construção da Passagem Superior para Peões na Avenida Marginal do Lam Mau e a Empreitada de Concepção e Construção da Travessia Pedonal na Praça das Orquídeas. A Empreitada de Concepção e Construção da Passagem Superior para Peões na Avenida Marginal Flor de Lótus da Taipa teve início no quarto trimestre de 2023. Está concluída a elaboração do projecto da Empreitada de Construção da Passagem Superior Para Peões na Avenida Marginal do Patane (Primeira fase).

No domínio de melhoramento da governança ambiental e das acções de conservação das energias e redução de emissão de carbono, o Governo da RAEM lançou o "Plano de Promoção de Veículos Eléctricos" e a segunda fase do "Plano de Concessão de Apoio Financeiro ao Abate de Motociclos Obsoletos e à sua Substituição por Motociclos Eléctricos Novos" e alargou o âmbito de destinatários de financiamento, prevendo-se que um grande número de motociclos e veículos a gasóleo obsoletos e altamente poluentes seja abatido, contribuindo para a concretização mais rápida possível da "Dupla Meta de Carbono". Até finais de 2023, havia 8263 veículos eléctricos em Macau e a percentagem de veículos pesados de passageiros que emitiam gases de padrão ecológico "Euro IV" ou inferior diminuiu, situando-se em cerca de 42%. Os autocarros públicos movidos a novas energias ocupavam 64% da frota dos autocarros das duas empresas concessionárias do serviço público de transporte colectivo rodoviário de passageiros. A par disso, a importação de facas, garfos e colheres descartáveis de plástico não-biodegradável passou a ser proibida desde 1 de Janeiro de 2023 e as obras do centro de tratamento de resíduos alimentares foram desencadeadas no segundo semestre de 2023.

Em articulação com a concretização da "Dupla Meta de Carbono" nacional, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental publicou, em Dezembro de 2023, a Estratégia de Descarbonização a Longo Prazo de Macau, que serve como um plano de trabalhos de descarbonização de Macau. Propõe-se "implementar activamente medidas de descarbonização em diferentes áreas e fases" como direcção geral do desenvolvimento de descarbonização a longo prazo de Macau, bem como "atingir o pico de emissões de carbono antes de 2030 e promover as áreas de eletricidade e transportes terrestres para alcançar uma descarbonização profunda antes de 2050 e atingir

emissões quase zero” como objectivo geral.

No que diz respeito aos trabalhos relativos à reutilização de água, o Governo da RAEM concluiu a elaboração das “Normas Técnicas de Distribuição Pública de Água Reciclada e de Distribuição de Água Reciclada nos Edifícios” e dos critérios de qualidade da água reciclada distribuída. Foram realizadas acções para promover a apresentação do pedido de utilização da área marítima para a execução faseada do projecto de construção da ilha ecológica de acordo com os pareceres para a utilização da área marítima emitidos pelos ministérios e comissões competentes do Governo Central para a construção da mesma.

Em articulação com o desenvolvimento da cidade habitável, o Governo da RAEM alargou, de forma contínua, os espaços de lazer para os residentes. Em 2023, foram otimizados os espaços de lazer e as instalações recreativas infantis na Zona Norte e foi iniciado o trabalho de concepção do projecto de aperfeiçoamento da Zona de Lazer do Bairro Social de Tamagnini Barbosa, da Zona de Lazer da Rua Central de Tóí Sán, da Zona de Lazer da Rua da Missão de Fátima e da Zona de Lazer da Rua de Lei Pou Ch’ôn. Foi iniciada a elaboração dos projectos de Construção do Parque Desportivo para os Cidadãos no Canidromo Yat Yuen, o qual será funcionalmente dividido em três edifícios principais, uma pista de atletismo standard, um sistema tridimensional pedonal e de lazer e um conjunto de praças urbanas, criando, no Bairro Norte com alta densidade populacional, um local multifuncional de alta qualidade destinado a actividades recreativas.

Produção Legislativa Abrange a Segurança do Estado e o Bem-Estar da População em Resposta Rápida às Necessidades do Desenvolvimento



Durante a 2.^a Sessão Legislativa da VII Legislatura da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau (de 16 de Outubro de 2022 a 15 de Outubro de 2023), foram realizadas no total 34 reuniões plenárias e 171 reuniões das comissões, tendo sido apreciadas e aprovadas 22 leis e uma resolução, bem como três deliberações simples do Plenário.

No exercício da função legislativa:

No âmbito da defesa da segurança do Estado, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 8/2023 (Alteração à Lei n.º 2/2009 - Lei relativa à defesa da segurança do Estado), que previne e pune, de uma forma global, os crimes contra a segurança do Estado.

No âmbito da Administração Pública, foram aprovadas: a Lei n.º 1/2023 (Alteração ao Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau e diplomas conexos), que aperfeiçoa as disposições relativas à gestão de pessoal e estabelece formas de mobilidade de pessoal correspondentes às necessidades reais; a Lei n.º 3/2023 (Lei dos arquivos), que clarifica o âmbito dos arquivos públicos e privados, aperfeiçoa o regime de fiscalização da gestão dos arquivos, e regulamenta a sua adequada conservação, abertura e utilização; a Lei n.º 11/2023 (Alteração à Lei n.º 8/2002 - Regime do bilhete de identidade de residente da Região Administrativa Especial de Macau), que, sob a premissa de garantia da segurança dos dados de identificação dos residentes, proporciona à população mais conveniência no seu dia-a-dia, através da utilização da identificação electrónica, e aumenta a eficiência da Administração Pública; e a Lei n.º 16/2023 (Regime jurídico das empresas de capitais públicos), que estabelece os princípios e modelos de supervisão de acordo com as características das empresas de capitais públicos, bem como regula a sua constituição, participação, alienação, exploração e funcionamento.

No âmbito monetário, financeiro e do turismo e diversões, a Assembleia Legislativa aprovou: a Lei n.º 15/2022 (Lei da fidúcia), que, com base no regime jurídico civil de Macau, define o regime geral que regula as relações na fidúcia e consagra os princípios, desempenhando um papel positivo na promoção do crescimento da indústria financeira moderna; a Lei n.º 10/2023 (Regime jurídico da emissão monetária) que, em resposta às necessidades do desenvolvimento da indústria financeira moderna, introduz a moeda digital como um tipo de moeda legal e simplifica os procedimentos administrativos de emissão de moeda, e estabelece excepções para a dispensa da aceitação obrigatória em numerário, reduzindo ainda o limite máximo do número de moedas a receber; a Lei n.º 13/2023 (Regime jurídico do sistema financeiro), que reserva espaço para o desenvolvimento de tipos de licenças de instituições financeiras, aumentando a flexibilidade das licenças bancárias, e simplifica o processo de emissão de obrigações ao público. Mais, estabelece o regime de concessão de licença temporária para os projectos de tecnologia financeira a título experimental. Ao mesmo tempo, aperfeiçoa os requisitos de supervisão em conformidade com os padrões internacionais, no sentido de reforçar o combate às actividades financeiras ilegais; e a Lei n.º 16/2022 (Regime da actividade de exploração de jogos de fortuna ou azar em casino), que estabelece normas para os participantes no âmbito da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, incluindo normas sobre o exercício da actividade das concessionárias, dos promotores de jogo, dos colaboradores e das sociedades gestoras, bem como define um mecanismo aperfeiçoado de verificação da idoneidade e clarifica os deveres e

responsabilidades dos sujeitos à fiscalização.

No âmbito do desenvolvimento urbano e da vida da população, e com vista a promover a reconstrução de edifícios antigos, foram aprovadas: a Lei n.º 18/2022 (Regime jurídico da renovação urbana), que, tendo por base os princípios da protecção do direito de propriedade privada e do respeito pela vontade dos proprietários e orientada para resolver os problemas reais, define a percentagem mínima do direito de propriedade para o início do procedimento de reconstrução e a adesão coerciva à reconstrução, e permite a resolução de litígios através do regime de arbitragem necessária. Para atender às necessidades habitacionais dos residentes com diferentes rendimentos e implementar, gradualmente, a política de divisão da habitação em cinco classe, foi aprovada a Lei n.º 17/2023 (Regime jurídico da habitação intermédia), para proporcionar aos residentes um novo meio de aquisição de habitação, entre a habitação económica e a habitação privada, e resolver melhor os problemas habitacionais das diferentes camadas sociais; a Lei n.º 5/2023 (Regime do serviço público de estacionamento), a qual visa aperfeiçoar o regime de exploração, gestão, utilização, fiscalização e sancionatório do serviço público de estacionamento; e a Lei n.º 9/2023 (Regime da arbitragem necessária de litígios relativos a infiltrações de água em edifícios) que estabelece um novo mecanismo que contribuirá para a resolução do problema de infiltrações de água em edifícios que tem preocupado a população desde há longo tempo.

No âmbito da educação e do regime de quadros qualificados, foram aprovadas: a Lei n.º 17/2022 (Lei da actividade dos centros de apoio pedagógico complementar particulares do ensino não superior), a qual aperfeiçoa o regime de licenciamento e fiscalização do exercício desta actividade, e regula as condições do estabelecimento e das instalações, as regras de funcionamento, a qualificação dos trabalhadores do sector e o regime sancionatório; a Lei n.º 12/2023 (Disposições específicas sobre a remuneração do pessoal que exerce funções específicas da Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude), que, por seu turno, racionaliza a remuneração do pessoal que exerça funções de director e subdirector das escolas oficiais do ensino não superior e que exerça funções de director dos centros de acção educativa e dos centros de actividades juvenis que funcionam no âmbito da DSEDJ, e clarifica o regime de horas de trabalho deste pessoal; e a Lei n.º 7/2023 (Regime jurídico de captação de quadros qualificados), que clarifica as definições de quadros qualificados de elevada qualidade, quadros altamente qualificados e profissionais de nível avançado, e estabelece os respectivos requisitos de qualificação e mecanismos de apreciação e aprovação.

No âmbito da saúde e do bem-estar dos animais, foram aprovadas: a Lei n.º 15/2023 (Regime jurídico do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas - Centro Médico de Macau do Peking Union Medical College Hospital), que clarifica o posicionamento, os fins e o modelo de operação e gestão deste Centro Médico, conferindo-lhe autonomia administrativa, financeira e patrimonial, no sentido da respectiva articulação com as futuras políticas de saúde e a orientação geral das Linhas de Acção Governativa no âmbito do desenvolvimento da indústria do turismo de saúde; a Lei n.º 14/2023 (Técnicas de procriação medicamente assistida), que, tendo em conta a procura de técnicas de procriação medicamente assistida na sociedade, regula e fiscaliza especificamente as condições de utilização destas técnicas, os beneficiários, a gestão das unidades de procriação medicamente assistida e o tratamento dos respectivos dados pessoais; e a Lei n.º 4/2023 (Lei do atendimento clínico veterinário e da actividade comercial de animais),

que cria um regime de registo de acreditação profissional, inscrição e disciplina de médicos veterinários, bem como de fiscalização e controlo do acesso às actividades de atendimento clínico veterinário, reprodução, venda e hospedagem dos animais, com vista a elevar o nível da saúde dos animais e a qualidade dos serviços veterinários em geral.

Por último, no que diz respeito à protecção dos trabalhadores e dos menores, foram aprovadas a Lei n.º 2/2023 (Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil) e a Lei n.º 6/2023 (Regime de prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas por menores), respectivamente. A primeira define claramente os deveres das diversas partes no âmbito da segurança e saúde ocupacional na construção civil, definindo o conteúdo principal das normas técnicas de segurança e saúde ocupacional, regulando a disponibilização e o regime de acesso à actividade de pessoal de gestão de segurança, aperfeiçoando o regime de fiscalização e reforçando as sanções, a fim de reforçar a gestão de segurança; a segunda estabelece limitações à venda, disponibilização e consumo de bebidas alcoólicas, dando o devido acompanhamento aos menores em relação aos quais se verifique o consumo de álcool, criando, assim, um ambiente seguro e saudável para o crescimento dos menores.

As 21 leis acima aludidas foram todas da iniciativa do Governo.

No cumprimento da função fiscalizadora:

Usando as competências atribuídas pela Lei Básica da RAEM, a Assembleia Legislativa desenvolveu o trabalho de fiscalização orçamental e financeira, nomeadamente a aprovação da Lei n.º 19/2022 (Lei do Orçamento de 2023). A Assembleia Legislativa apreciou e aprovou o Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2021 e o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2021, apresentados pelo Governo, e ouviu e debateu o Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2023 apresentado pelo Chefe do Executivo.

Para promover a interacção e comunicação entre o Executivo e a Assembleia Legislativa, realizaram-se, em Abril e Agosto, duas sessões de perguntas e respostas com a presença do Chefe do Executivo. Na primeira sessão, os deputados apresentaram perguntas relacionadas com as Linhas de Acção Governativa, nomeadamente sobre a reforma administrativa, a promoção do emprego, o desenvolvimento turístico, a promoção cultural, a optimização dos transportes, a construção da Zona de Cooperação Aprofundada, o envelhecimento da população, e outras questões que preocupam a população em geral. A segunda sessão de perguntas e respostas incidiu, essencialmente, sobre os assuntos sociais e a vida da população, nomeadamente a diversificação económica, a construção da plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o planeamento dos terrenos, o trânsito inteligente, a medicina à distância, a política educativa, a cultura e o desporto, a habitação pública, as medidas de apoio à população, e a colaboração interdepartamental, continuando, assim, a Assembleia Legislativa a desenvolver, eficazmente, um papel activo na apresentação das solicitações da sociedade e na resolução das questões difíceis da vida da população.

Para melhor ouvir e recolher as opiniões dos deputados, o Governo realizou sessões de apresentação destinadas aos deputados à Assembleia Legislativa sobre o "Projecto do Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Este-2 e da Linha Leste do

Metro Ligeiro”, os “resultados da simulação da barragem de marés e da situação das obras de prevenção e redução de desastres” e os projectos inicial e mais aprofundado do Campo de Aventuras Juvenis da Praia de Hác Sá, respectivamente. Para reforçar o intercâmbio, interacção e compreensão entre o executivo e o legislativo, o Governo realizou uma sessão de consulta exclusiva aos Deputados da Assembleia Legislativa sobre a revisão da “Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo” e da “Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau”, bem como sobre o texto intitulado “Região Administrativa Especial de Macau - Plano de desenvolvimento da diversificação adequada da economia da (2024-2028)”. Por último, durante a presente sessão legislativa, os Deputados à Assembleia Legislativa foram convidados a visitar o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas - Centro Médico de Macau do Peking Union Medical College Hospital, para apresentarem as suas opiniões sobre o seu futuro funcionamento.

Nesta sessão legislativa, os deputados apresentaram, nas várias reuniões plenárias, 376 intervenções antes da ordem do dia, versando sobre diversos assuntos, tais como: a aprendizagem e a implementação do espírito do relatório do 20.º Congresso Nacional, a defesa da segurança nacional, a prevenção e controlo da pandemia, a consolidação da imagem de cidade turística, o fortalecimento das quatro indústrias emergentes, a aceleração da inovação financeira, a garantia do emprego dos residentes, a melhoria do bem-estar da sociedade, a promoção da renovação urbana, a concretização da política de habitação, entre outros. A par disso, foram apresentadas ao Governo 807 interpelações escritas e 81 interpelações orais por deputados, tendo sido realizadas oito reuniões plenárias exclusivamente dedicadas a interpelações orais. Por último, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública acompanharam e fiscalizaram, de forma proactiva, matérias relevantes e a situação de aplicação de leis na respectiva área de acção governativa e elaboraram os seguintes sete relatórios: o Processo de concurso de obras públicas; o Relatório Intercalar da Execução Orçamental do Ano de 2022 e Relatórios de Execução Orçamental do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) relativos aos 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 2022; o Relatório de Execução Orçamental do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) relativo ao 1.º Trimestre de 2023; o Andamento das obras do novo estabelecimento prisional e das respectivas despesas; a Política da RAEM sobre a promoção da utilização de veículos movidos a novas energias; e a Situação actual do trânsito nos postos fronteiriços.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas por residentes, bem como a resposta atempada às preocupações sociais e aos requerimentos apresentados pela população constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa, foram efectuadas sete sessões de atendimento presencial por deputados através do serviço de atendimento rotativo ao público. Houve ainda residentes que fizeram chegar, presencialmente, por telefone ou por correio electrónico, as suas opiniões e sugestões à Assembleia Legislativa, o que somou um total de 226 procedimentos de atendimento. Houve ainda cidadãos e associações que apresentaram uma petição, ao longo da sessão legislativa. A todas as situações referidas foi dado o devido seguimento por parte da Assembleia Legislativa, consoante os termos em concreto de cada caso.

Ritmo da Construção da Integridade Acelerado pelo CCAC, Qualidade e Eficácia Reforçadas pelo CA



Em 2023, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC), aproveitando a ocasião da recuperação pós-pandemia, envidou esforços para procurar fazer o melhor nos trabalhos relativos à integridade, acelerando ao mesmo tempo os passos necessários para avançar na construção de uma sociedade íntegra.

O CCAC procedeu à investigação e tratamento de diversos casos no âmbito do combate à corrupção, nomeadamente, à investigação de um caso suspeito de pedido para a fixação de residência por investimento em imóveis com informações falsas, tendo sido verificado que o procurador-adjunto titular do processo era suspeito de ter prestado apoio ilícito a indivíduos sujeitos a investigação em casos criminais. Por outro lado, foram resolvidos vários casos em que diversas sociedades prestadoras de serviços de segurança tinham burlado o Governo e praticado actos de corrupção; e foram investigados e tratados vários casos relativos à falsificação de registos de assiduidade de trabalhadores da função pública. Devido à implementação de estratégias simultâneas de combate e prevenção da corrupção pelo CCAC, registou-se, em 2023, uma descida considerável dos casos de burla para obtenção de subsídios do Governo, os quais vinham surgindo frequentemente sob variadas formas.

No âmbito dos trabalhos da provedoria de justiça, através do regime de fiscalização subsequente, o CCAC tem vindo a fiscalizar, de forma contínua, a situação dos trabalhos com vista à melhoria da acção governativa por parte dos serviços ou órgãos competentes, tendo sido atingidos resultados significativos. Por outro lado, no contexto da investigação de alguns

casos da área da provedoria de justiça, o CCAC tem vindo a analisar, de forma constante, em conjunto com a Administração, questões relacionadas com a interpretação correcta de diferentes regimes e normas constantes das legislações aplicáveis. Além disso, procedeu activamente ao aumento da transparência dos trabalhos e ao incentivo à autoconfiança da Administração, designadamente através da publicação atempada dos resultados da investigação de mais casos da provedoria de justiça e do reconhecimento de práticas legais e razoáveis da Administração.

Em 2023, o CCAC recebeu um total de 1616 pedidos de consulta e de informação e 701 queixas, denúncias e fontes de notícia. De entre as queixas ou denúncias, depois de algumas delas terem sido tratadas em conjunto por terem conteúdo semelhante, 102 e 123 casos foram respectivamente encaminhados para a Direcção dos Serviços contra a Corrupção (DSCC) e para a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça (DSPJ), por reunirem condições para serem instruídos. Por outro lado, 387 casos foram encaminhados para efeitos de tratamento no Centro de Gestão de Queixas por não reunirem condições para serem instruídos, dos quais 214 foram directamente arquivados e 173 encaminhados para os serviços competentes para efeitos de acompanhamento.

Juntando os casos transitados do ano de 2022, o CCAC concluiu, em 2023, um total de 238 processos de investigação, dos quais 87 foram concluídos pela DSCC (incluindo 71 casos de combate à corrupção e 16 casos de cooperação na investigação), nove foram encaminhados para o Ministério Público e os restantes foram arquivados. Relativamente aos 151 casos concluídos pela DSPJ, 30 foram concluídos tendo os respectivos serviços adoptado medidas de aperfeiçoamento da acção governativa e optimizado os respectivos trabalhos, e cinco foram integrados na lista do sistema de “olhar em retrospectiva” para subsequente fiscalização.

Em 2023, o CCAC acompanhou e instruiu um total de 31 casos de apoio à investigação por solicitação de entidades homólogas do exterior, de entre os quais 16 foram dados como findos, estando os restantes 15 ainda a ser acompanhados. Por sua vez, o CCAC, apresentou dez pedidos de apoio à investigação a entidades homólogas do exterior, nomeadamente a autoridades do Interior da China e à Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong.

No âmbito da sensibilização, o CCAC organizou, ao longo do ano, um total de 605 actividades, palestras e colóquios de diversos tipos, que contaram com a participação de 29.728 pessoas. Seguindo a orientação política do País e do Governo da RAEM de dar importância ao desenvolvimento dos jovens, em 2023, o CCAC tornou os jovens em destinatários principais das acções de sensibilização e aproveitou as vantagens da base de educação para a integridade junto da juventude para continuar a inovar, proporcionando acções de formação e actividades pedagógicas para a promoção da integridade inovadoras e interessantes, a fim de incentivar os jovens a interiorizar valores correctos, e transmitindo, de forma activa e contínua, mensagens de integridade e de rejeição da corrupção junto de diferentes destinatários, através do recurso a vários tipos de vídeos.

Com a reabertura das fronteiras de Macau ao exterior, em 2023, o CCAC visitou sucessivamente o Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, a Comissão Nacional de Supervisão, o Supremo Tribunal Popular, a Suprema Procuradoria Popular, o Ministério da Segurança Pública, as Comissões de Supervisão de várias províncias e cidades do Interior da China, bem como o ICAC de Hong Kong e o Office of the Ombudsman de Hong Kong. Por outro lado, o CCAC recebeu também delegações de alguns órgãos congéneres do Interior

da China, de Hong Kong e de outros países e regiões, com vista a promover o intercâmbio e a cooperação bilateral e regional.

O CCAC cumpriu também, de forma rigorosa, os seus deveres como membro de diversas organizações internacionais e regionais, destacando, de forma activa, pessoal para participar em várias reuniões, seminários e workshops organizados, nomeadamente pela Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA), pela Iniciativa contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico (ACI), pela Rede Operacional Global de Autoridades contra a Corrupção (GlobE Network), pelo Instituto Internacional do Ombudsman (IOI), pela Associação do Ombudsman Asiático (AOA), pelo Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG) e pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), a fim de acompanhar de perto o desenvolvimento da promoção da integridade a nível internacional. Além disso, o CCAC participou ainda no 3.º Fórum “Uma Faixa, Uma Rota” para a Cooperação Internacional - Debate temático “Rota da Seda Íntegra”, organizado pela Comissão Nacional de Supervisão em Pequim.

Em 2023, em articulação com a participação do País nos trabalhos de avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o CCAC continuou a participar, de forma virtual e presencial, juntamente com a delegação nacional, nas respectivas reuniões realizadas em Viena, Áustria. Além disso, o CCAC participou ainda na “10.ª sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção”, que teve lugar em Atlanta, Estados Unidos da América.

Em 2024, o CCAC promoverá, activamente, iniciativas para a promoção da integridade, continuando a procurar novas ideias no âmbito da prevenção e combate à corrupção e do aperfeiçoamento dos respectivos regimes, bem como empenhar-se-á na concretização dos objectivos definidos no 2.º Plano Quinquenal e nas Linhas de Acção Governativa, no que diz respeito à construção de uma sociedade íntegra.



Em 2023, o Comissariado da Auditoria (CA) divulgou o "Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2022" e os seguintes três relatórios de auditoria de resultados:

"Obra de Construção da Box-Culvert e da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior" - constatou-se que os serviços públicos em causa não foram capazes de efectuar uma boa coordenação e gestão dos trabalhos, nem tiveram uma boa comunicação no que diz respeito à cooperação interdepartamental e, em resultado, perderam o melhor momento para aperfeiçoar o projecto de obra. O relatório referiu ainda que, após a conclusão da construção da Estação Elevatória do Norte do Porto Interior ainda ocorreram no mesmo ano graves inundações causadas pela chuva intensa naquela zona, pelo que, a longo prazo, a Estação Elevatória do Norte do Porto Interior deixará de dar resposta. Tudo isto torna claro que o dinheiro público investido não surtiu os efeitos pretendidos.

Relativamente ao "Apoio financeiro atribuído pelo Fundo do Desporto a competições desportivas" - o relatório referiu que o Fundo do Desporto (FD) não elaborou regras para orientar os procedimentos para a concessão de apoio financeiro destinado a competições desportivas e para a sua fiscalização, assim como para a maior parte dos trabalhos de verificação de despesas dos projectos financiados. O FD tem a responsabilidade de assegurar o bom uso do erário público e o uso razoável dos recursos públicos, que, aliás, são princípios fundamentais da Administração Pública e elo fundamental na implementação de políticas.

"Falha no cabo eléctrico da Linha da Taipa do Metro Ligeiro" - conforme referido nos comentários gerais do relatório, a realização das obras públicas em Macau não depende apenas da sua adjudicação, ela depende também da contratação de entidades externas ou peritos capazes de fornecer serviços de concepção, supervisão e gestão de projectos de qualidade. Mas não basta apenas contratar entidades externas, é necessário que o serviço público seja capaz de estabelecer medidas razoáveis de supervisão e controlo para garantir que os serviços adjudicados sejam devidamente executados.

Além dos trabalhos de auditoria, em 2023 o CA participou nos seguintes eventos:

No dia 22 de Março, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, reuniu-se com uma delegação liderada por Ma Xuebin, Chefe do Departamento de Auditoria da Província de Guangdong, que realizou uma visita ao CA, tendo as duas partes debatido questões específicas relacionadas com o reforço dos contactos e aprofundamento da cooperação.

O director dos Serviços de Auditoria (DSA), Neoh Hwai Beng, deslocou-se a Xangai, nos dias 17 a 20 de Abril, à frente de uma delegação da DSA, para um intercâmbio sobre a actividade de auditoria com os representantes da Delegação do Gabinete da Auditoria Nacional (GAN) em Xangai.

O comissário da Auditoria, Ho Veng On, deslocou-se a Pequim, no dia 9 de Junho, onde visitou o Auditor Geral do GAN, Hou Kai. Ambas as partes debateram sobre as técnicas de auditoria em Big Data, a formação de pessoal e a aprendizagem aprofundada da "auditoria de investigação", entre outros temas. O auditor geral, Hou Kai, transmitiu o espírito da primeira reunião do 20.º Comité Central de Auditoria do Partido Comunista da China, e citou os importantes discursos do Secretário-Geral, Xi Jinping, enfatizando a boa implementação da tarefa de auditoria na nova era e na nova jornada. O mesmo responsável frisou que o GAN

irá continuar a apoiar o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria de Macau, sobretudo no desenvolvimento da capacitação, e acrescentou que o CA deve apoiar o Governo da RAEM no aperfeiçoamento das capacidades e níveis de governação, a fim de melhor se integrar na conjuntura de desenvolvimento nacional e servir a estratégia de desenvolvimento nacional. Por sua vez, Ho Veng On afirmou que a “auditoria de investigação” está a ser promovida activamente pelas instituições de auditoria de diversas regiões, e o CA pretende também promover na sua equipa de auditoria a aprendizagem dos casos de processos específicos e dos pontos relevantes da referida auditoria, no sentido de explorar novas ideias e elevar a qualidade e a eficácia da auditoria, a fim de reforçar a importância do papel da auditoria pública.

O comissário da Auditoria, Ho Veng On, liderou, no dia 18 de Outubro, uma delegação à Conferência de Inovação e Desenvolvimento para a comemoração do 40.º aniversário da Universidade de Auditoria de Nanjing. Por esta ocasião, o mesmo responsável discursou na palestra intitulada Fórum de Auditor de Renome, e participou na entrevista-diálogo do programa “Factos e Razões” da Universidade, onde dialogou com professores e estudantes sobre como o trabalho da auditoria na promoção da concretização da boa governação da sociedade e o papel da auditoria pública na “promoção do desenvolvimento económico com alta qualidade, no aprofundamento da reforma, na padronização do funcionamento do poder, no combate à corrupção e na promoção de integridade”. O Comissário da Auditoria deu ainda a conhecer o regime de auditoria vigente em Macau, os trabalhos desenvolvidos pelo CA e partilhou pontos de vista e experiências relativos à gestão de uma instituição de auditoria.

O comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou na XII Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) que decorreu, nos dias 8 e 9 de Novembro, na Guiné-Bissau. O evento teve como tema central “Comunicar e promover os valores e benefícios das instituições superiores de controle (ISC): comunicação eficaz e relação com as partes interessadas”, o qual foi sujeito a discussão por todos os representantes das ISC presentes. Ho Veng On fez uma apresentação sobre o mecanismo de comunicação do CA com as entidades auditadas, sublinhando que uma boa interacção contribuirá para a boa gestão dos recursos públicos.

O comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou, nos dias 6 e 7 de Dezembro, no 7.º Fórum de Auditoria Guangdong-Hong Kong-Macau 2023, com o tema “Investigação sobre caminhos de realização da auditoria de big data com o apoio da tecnologia e respectivas tendências de desenvolvimento”. Durante o evento, discutiu com o Chefe do Departamento de Auditoria da Província de Guangdong e o Director da Auditoria de Hong Kong, assim como com outros participantes, sobre o reforço dos intercâmbios e cooperação entre as três regiões, tendo trocado opiniões sobre temas como a contribuição para a construção da Grande Baía.

A fim de que o pessoal da auditoria possa conhecer com precisão o posicionamento e os mais recentes requisitos da auditoria pública sob a nova conjuntura, os especialistas do GAN ministraram, nos dias 21 e 22 de Novembro, em Macau, o curso temático sobre a “Auditoria de investigação”, a “Auditoria de Investimento Público”, a “Auditoria de Fundos de Investimento do Governo”, entre outros temas.

Relativamente ao aprofundamento da auditoria apoiada pelas tecnologias de informação e comunicação, a subunidade relevante do CA continuou a consolidar, em 2023, as aplicações

do Programa Informático de Auditoria in loco (edição de Macau) e do Programa Informático para Verificação de Dados Electrónicos. Com base nas funcionalidades existentes no Programa Informático de Auditoria in loco (edição de Macau), foram adicionados e revistos as demonstrações contabilísticas automatizadas e os métodos de auditoria em resposta às necessidades do trabalho de auditoria, bem como foi acrescentada a funcionalidade de detecção de dados relacionados. Ademais, foram realizadas regularmente reuniões online com o Centro de Tecnologia Informática do GAN, para trocar opiniões sobre o funcionamento, a manutenção e o aperfeiçoamento do Programa, e, na sequência da realização de um grande número de validações de dados, procedeu-se à actualização do Programa com vista ao reforço das suas funções.

No domínio da divulgação, o CA deu continuidade aos “Encontros sobre a cultura de auditoria” dirigidos a formandos dos cursos de promoção das Forças de Segurança e a trabalhadores recém-admitidos na Administração Pública. Ao mesmo tempo, a convite dos serviços públicos, o CA sensibilizou o pessoal relevante para a consciência da boa aplicação do erário público, promovendo a melhoria do uso e gestão dos fundos financeiros e do desempenho dos serviços públicos, de modo a aprofundar a consciência de cooperação nos trabalhos de auditoria e de valorização do erário público por parte dos trabalhadores dos serviços públicos.

Importantes e Grandes Processos Julgados pelos Tribunais, a Linha de Defesa Judicial Salvaguardada pelo Ministério Público



Processos tratados pelos tribunais das três instâncias

2023	Tribunal de Última Instância	Tribunal de Segunda Instância	Tribunal Judicial de Base (incluindo o Juízo de Instrução Criminal)	Tribunal Administrativo	Total
Processos entrados	114	997	17.139	86	18.336
Processos findos	137	903	16.656	88	17.784
Processos pendentes	69	437	12.981	91	13.578

Os processos entrados nos tribunais das três instâncias foram ainda maioritariamente processos de natureza penal e de natureza penal laboral com 5907 processos (excluindo processos entrados no Juízo de Instrução Criminal), seguidos por 4041 processos de natureza cível e cível laboral, 304 processos de natureza administrativa e 8084 processos de outras naturezas.

Divulgação jurídica e serviços de consulta

Para reforçar a divulgação jurídica e promover a transparência judicial, a partir de 9 de Outubro de 2013, os tribunais começaram a elaborar notícias sobre alguns processos típicos julgados pelos tribunais para publicar na respectiva página electrónica e na rede informática de notícias do Governo, e serem divulgadas pelos meios de comunicação social, esperando que, através desta medida, a sociedade obtenha melhor conhecimento jurídico e melhor observância legal, ao mesmo tempo que aprende sobre as diversas vias e metodologias judiciais para a resolução dos diferentes litígios. Até ao final de 2023, foram publicadas mais de 1073 notícias, 95 das quais relativas a 2023.

O ponto de situação dos serviços de consultas prestados em 2023 pelo Tribunal Judicial de Base ilustra-se no seguinte quadro:

Cooperação e execução judiciárias

2023	Juízo Criminal	Juízo Cível	Juízo de Pequenas Causas Cíveis	Total
N.º total de pessoas recebidas	1657	4527	1506	7690
N.º de processos envolvidos	1643	3998	1506	7147

2023	Juízo Criminal	Juízo Cível	Juízo de Pequenas Causas Cíveis	Total
N.º de processos tratados directamente	1599	3838	1506	6943
N.º de processos transferidos para o MP	44	107	---	151
N.º de processos transferidos para outros departamentos	0	53	---	53
N.º de consultas de informação por telefone	564	1028	---	1592

Cooperação e execução judiciárias

Relativamente à citação ou notificação de actos judiciais e produção de provas em matéria civil e comercial, bem como a outros actos judiciais relativos às mesmas matérias, o Tribunal de Última Instância recebeu, em 2023, um total de 298 pedidos de tribunais do Interior da China. Enquanto os tribunais da RAEM solicitaram 113 esclarecimentos ao Interior da China.

Em 2023, o Tribunal de Segunda Instância recebeu 39 pedidos de revisão e confirmação de decisões proferidas por tribunais ou árbitros do Interior da China, enquanto os tribunais judiciais de base receberam três processos de execução de decisões judiciais ou arbitrais do Interior da China, já revistas e confirmadas pelo Tribunal de Segunda Instância. No âmbito do “Acordo relativo à Assistência Mútua em matéria de Providências Cautelares em Processos Arbitrais entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau”, os tribunais judiciais de base receberam um pedido.

O Governo da RAEM e o Governo da RAEHK assinaram, no dia 7 de Janeiro de 2013, o “Acordo sobre a Confirmação e a Execução Recíprocas de Decisões Arbitrais entre a Região Administrativa Especial de Macau e a Região Administrativa Especial de Hong Kong”, que entrou em vigor a 16 de Dezembro de 2013. Até ao final de 2023, o Tribunal de Segunda Instância aceitou cinco pedidos do reconhecimento de decisão arbitral.

A par disso, o “Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação ou Notificação de Actos Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre a Região Administrativa Especial de Macau e a Região Administrativa Especial de Hong Kong”, celebrado a 5 de Dezembro de 2017, pelos governos da RAEM e da RAEHK, entrou em vigor em 1 de Agosto de 2020. Até ao final de 2023, o Tribunal de Última Instância recebeu um total de 46 pedidos de Hong Kong, enquanto os tribunais da RAEM solicitaram 67 esclarecimentos ao tribunal da RAEHK.

Declarações de bens patrimoniais e interesses

Em 2023, o Tribunal de Última Instância, ao implementar as disposições da Lei n.º 11/2003,

alterada pela Lei n.º 1/2013, e ao atender individualidades no procedimento de declarações de bens patrimoniais e interesses, instalou 184 novos arquivos de processos individuais e recebeu 2134 declarações, envolvendo 1785 indivíduos, e procedeu à compilação e renovação, nos termos da lei, do conteúdo dos arquivos dos processos individuais de declarações de bens patrimoniais e interesses.

Por outro lado, segundo as disposições da mesma Lei, o acesso pelo público ao teor da Parte IV é assegurado pela Secretaria do Tribunal de Última Instância, através do sítio dos tribunais da Região Administrativa Especial de Macau na Internet. Em 2023, foram publicados e podem ser consultados na página electrónica os documentos entregues por 335 individualidades com 443 declarações (Parte IV). Actualmente, as declarações de bens patrimoniais e interesses, que foram publicadas e podem ser consultadas na página electrónica, totalizaram 4994, envolvendo 1010 individualidades.

Balanço dos trabalhos de 2023 dos tribunais da RAEM e a sua perspectiva

Os tribunais das três instâncias da RAEM, no ano judiciário que findou, mantiveram o seu ritmo normal de funcionamento. Registou-se um aumento no número dos processos de uniformização de jurisprudência. Tendo sido realizado o julgamento ampliado, foram proferidos quatro acórdãos para fixação de jurisprudência, sendo este o maior número de todos os anos. Através do exercício dessa importante função jurisdicional de uniformizar a jurisprudência, o Tribunal de Última Instância resolveu o problema de divergências existentes na aplicação da lei pela Administração e no funcionamento judicial decorrentes da obsolescência da legislação ou da falta de clareza das disposições legais. Com o fim das medidas preventivas da pandemia, registou-se um aumento significativo do número dos processos criminais de diversas espécies, sobretudo os derivados das actividades relacionadas com o jogo. Verificou-se um aumento considerável do número dos processos contravencionais laborais. A razão principal deste acréscimo está relacionada com a estagnação da economia verificada durante a pandemia ou a ocorrência de outros eventos importantes, os quais levaram ao mau estado de exploração, ou até mesmo à liquidação das empresas. A par disso, no ano judiciário transacto, os Tribunais de Segunda e Última Instâncias julgaram cinco processos relacionados com a interpretação e aplicação das disposições da Lei Básica.

Em 2023, além de funções jurisprudenciais, os tribunais da RAEM desenvolveram ainda os seguintes trabalhos: a digitalização do funcionamento da Justiça está em bom andamento. através da Plataforma Electrónica Específica dos Tribunais. Os tribunais da RAEM irão continuar a intensificar a troca de informações por via electrónica com os outros serviços públicos, a fim de assegurar a concretização efectiva da digitalização do trabalho e a informatização dos dados, para melhorar ainda mais a eficiência judicial.

O Tribunal Judicial de Base concluiu com sucesso o julgamento de vários processos importantes e de grande atenção social. Entre Janeiro e Abril deste ano, os Juízos Criminais do Tribunal Judicial de Base proferiram sentenças de primeira instância respectivamente nos processos-crime relativos ao Grupo Suncity, ao caso de corrupção dos ex-dirigentes da então

Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e de alguns empresários e à sala VIP Tak Chun. Os juízes, obedecendo rigorosamente às leis e garantindo os direitos processuais de todos os intervenientes, bem como a publicidade e transparência, concluíram o julgamento dos processos de forma rápida e eficiente.

Concretizou-se o sistema completo e localizado para a gestão dos funcionários de justiça. Os três secretários judiciais, três secretários judiciais-adjuntos e 17 escrivães de direito dos tribunais das três instâncias tomaram posse mediante prestação de juramento perante os respectivos presidentes dos tribunais a que pertencem. Pela primeira vez depois de retorno de Macau, um grupo de funcionários de justiça locais de alto nível assumiram os cargos de direcção e de chefia em comissão de serviço.

No final do Setembro de 2023, realizou-se em Macau o 7.º Fórum de Alto Nível da Justiça dos dois lados do Estreito de Taiwan, de Hong Kong e de Macau, subordinado ao tema "Justiça e Eficiência", tendo os membros dos órgãos judiciais de alto nível das quatro jurisdições atribuído grande importância à qualidade pessoal dos magistrados, e todos considerado que se deve impor um elevado nível de exigências aos magistrados. É entendimento comum de todos que os juízes devem possuir não só uma boa preparação jurídica, mas também a crença no Estado de direito, o espírito de servir o povo, uma posição imparcial e um carácter nobre.



No ano de 2023, foram autuados pelo Ministério Público 13.931 inquéritos, o que representa um aumento de cerca de 31,33%, em comparação com os 10.608 no ano de 2022; foram concluídos 12.476 inquéritos, o que representa um aumento de cerca de 11,39% em comparação com os 11.200 no ano anterior, de entre os quais, foram deduzidas 3393 acusações e proferidos 8808 despachos de arquivamento após investigação, o que representa um acréscimo de cerca de 17,28% e 9,46%, respectivamente, face ao ano de 2022. Transitaram do ano anterior para

o ano de 2023 5645 inquéritos, o que representa uma diminuição de 7,58% face aos 6108 inquéritos transitados do ano de 2021 para o ano de 2022.

Analisando os dados dos inquéritos autuados, os cinco grupos de crimes com mais inquéritos autuados no ano de 2023 foram os seguintes:

(1) 4221 inquéritos de crimes contra a propriedade, incluindo furto, dano e apropriação ilegítima de coisa achada, com um aumento de 44,70% em comparação com o ano anterior;

(2) 2872 inquéritos de crimes contra o património, incluindo vários tipos de burla, extorsão, com uma subida de 73,43% em comparação com o ano anterior;

(3) 1389 inquéritos de crimes de ofensa à integridade física, com um acréscimo de 10,24% em comparação com o ano anterior;

(4) 951 inquéritos de crimes relacionados com migração ilegal, com uma diminuição de 11,53% em comparação com o ano anterior;

(5) 899 inquéritos de crimes resultantes de acidente de viação, com um acréscimo de 16,75% em comparação com o ano anterior.

Ainda, nos seguintes crimes também se registou um maior número de autuações:

- 534 crimes informáticos, com um aumento de 76,82% em comparação com o ano anterior;

- 317 crimes de falsificação, com um acréscimo de 56,16 % em comparação com o ano anterior;

- 249 crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais, com uma diminuição de 16,72% em comparação com o ano anterior;

- 238 crimes contra a autoridade pública, com uma subida de 11,21% em comparação com o ano anterior;

- 204 crimes contra a liberdade pessoal, com um aumento de 29,11% em comparação com o ano anterior.

No âmbito das acções cíveis e laborais, o Serviço do Ministério Público junto do Tribunal Judicial de Base interveio em 894 acções cíveis, registando-se um aumento de 14,91% em comparação com as 778 no ano anterior e interveio em 450 processos laborais, registando-se um aumento de 9,22% quando comparado com os 412 no ano anterior. Foram ainda instaurados, nos termos da lei, 992 processos internos pré-processuais, tendo sido concluídos 1595 processos desta natureza.

Dos processos acima referidos, os processos laborais apresentam as seguintes características:

- Houve 287 novos processos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, registando-se uma diminuição de 5,59% em comparação com os 304 no ano anterior. Desses processos, foram realizadas 303 conciliações e intentadas 12 acções por não ter chegado a acordo;

- Houve 163 novos processos comuns do trabalho, registando-se um aumento significativo de 50,93% quando comparado com os 108 no ano anterior. Desses processos, foram realizadas 165 conciliações e intentadas 14 acções por não se ter chegado a acordo;

- No tocante ao número de trabalhadores envolvidos, no ano 2023, as conciliações realizadas envolveram 468 trabalhadores, com um aumento de 21,56% face ao ano anterior.

No ano de 2023, o Serviço do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo participou em diversas acções administrativas, fiscais e aduaneiras, tendo sido autuados 82 novos processos, entre os quais, 49 recursos contenciosos, 14 acções, cinco processos urgentes, oito oposições à execução fiscal e seis acções e processos com a intervenção principal do Ministério Público.

No ano de 2023, o Serviço do Ministério Público junto dos Tribunais de Segunda e Última Instâncias interveio nos seguintes processos:

- 942 processos em matéria penal (incluindo contravenções de trânsito e contravenções laborais), em matéria civil e comercial (incluindo acção cível laboral) e em matéria administrativa do Tribunal de Segunda Instância, registando-se um aumento de 3,29 por cento em comparação com os 912 no ano de 2022, e foram emitidos 1181 pareceres ou respostas no âmbito dos processos de diversas espécies.

- 117 processos de diversas espécies do Tribunal de Última Instância, registando-se uma diminuição de 17,02% em comparação com os 141 no ano de 2022, e foram emitidos 87 pareceres ou respostas no âmbito dos processos de diversas espécies.

Além disso, nos anos de 2022 e de 2023, o Serviço do Ministério Público junto dos Tribunais de Segunda e Última Instâncias interpôs, respectivamente, junto do Tribunal de Última Instância, três e um recursos extraordinários para a uniformização de jurisprudência, promovendo, nos termos da lei, a resolução da oposição resultante dos conflitos de jurisprudência, por forma a assegurar a compreensão e a aplicação correctas da lei. No ano de 2023, o Tribunal de Última Instância uniformizou jurisprudência com força obrigatória quanto à oposição sobre o direito nas decisões proferidas nos referidos quatro processos.

A situação geral de trabalho do Ministério Público da RAEM durante o ano de 2023 sintetiza-se da seguinte forma:

(1) Em 2023, o Ministério Público perseverou no cumprimento da responsabilidade constitucionalmente consagrada da defesa da segurança nacional, participou e cooperou activamente no procedimento de revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado implementado pelo Governo, concluiu a definição das medidas de execução interna e cumpriu as novas atribuições que lhe foram conferidas após a revisão da lei, tendo consolidado a linha de defesa judiciária para a segurança nacional e da RAEM.

(2) No que concerne ao caso grave de corrupção praticada por um indivíduo da área judiciária do Ministério Público, exigiu rigorosamente, e sem tolerância, a responsabilidade dos infractores, e nos termos da lei, procedeu a uma revisão integral do seu funcionamento interno e colmatou as lacunas com uma posição de autocritica assente na erradicação de elementos prejudiciais, a fim de melhorar a gestão e fiscalização do funcionamento prático em termos judiciais e reforçar o regime de integridade da equipa de trabalho do Ministério Público.

(3) Com a mudança do ambiente da sociedade e dos modi operandi após a pandemia, constata-se que tanto a quantidade total dos inquéritos como o número observado nas categorias

criminais demonstram uma tendência crescente em comparação com o ano de 2022, existindo mudança a este respeito. Contudo, de modo geral, o ambiente de segurança pública da RAEM manteve-se estável.

(4) Registou-se um aumento evidente dos inquéritos de crimes de burla e de informática praticados por diversas formas, bem como de crimes relacionados com o jogo. Além disso, verificaram-se diferentes graus de aumento dos inquéritos de crimes relacionados com estupefacientes e substâncias psicotrópicas, situação esta que se deveu directamente à normalização completa das medidas de passagem fronteiriça, à recuperação rápida das actividades económicas, à tendência de alteração dos modi operandi para meios baseados na Internet e com recurso à tecnologia. Perante isso, o Ministério Público e a autoridade de segurança pública irão fiscalizar rigorosamente as respectivas criminalidades e reprimir o seu alastramento mediante um mecanismo apropriado de acção conjunta transfronteiriça.

(5) Os crimes de apropriação ilegítima de coisa achada, fuga à responsabilidade relacionada com acidente de viação, acolhimento ilegal relacionado com imigração ilegal e desobediência na sequência dos actos contra o cumprimento das atribuições da autoridade pública ultrapassaram um quinto do número total dos inquéritos autuados. Assim, face a estas infracções cuja prática se deveu à fraca compreensão do Direito e à escassa consciência quanto ao cumprimento da lei, a RAEM necessita de reforçar a educação sobre o regime jurídico e a divulgação de conhecimentos jurídicos.

(6) Não obstante o decréscimo do número total dos inquéritos relativos a crimes sexuais contra menores em comparação com o ano de 2022, registou-se um acréscimo no número de inquéritos pela prática de alguns crimes que lesaram directamente os menores. O Ministério Público irá reforçar a interacção com os vários sectores da sociedade, intensificar constantemente o nível de combate e promover a elaboração de medidas efectivas para protecção de menores contra a agressão sexual.

(7) Registou-se uma tendência continuamente decrescente no número de inquéritos relacionados com violência doméstica, emprego ilegal e casamento falso que têm sido alvos de atenção da sociedade, e o número dos inquéritos autuados dos referidos três crimes foi o mais baixo desde o ano de 2021, facto este que demonstra que a tendência para a prática destas actividades criminosas e os elementos potencialmente desestabilizadores na sociedade foram eficazmente reprimidos.

(8) O número dos inquéritos autuados pelo crime de branqueamento de capitais manteve-se praticamente num nível próximo ao do ano de 2022, enquanto o número das suas acusações aumentou. No trabalho prático, o Ministério Público reforçou a cooperação com os serviços competentes, cumpriu activamente as suas atribuições enquanto o membro do Grupo de Trabalho Interdepartamental contra o Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo da RAEM e combateu continuamente as actividades criminosas financeiras, como o branqueamento de capitais.

(9) Verificou-se um abrandamento das necessidades de cooperação judiciária internacional e inter-regional após a pandemia, assim o número dos casos de cooperação judiciária em matéria penal e civil diminuiu e voltou a gradualmente ao nível registado no período antes da pandemia. Assim, o Ministério Público irá acelerar a optimização do regime jurídico de cooperação judiciária

e do trabalho de comunicação interna e externa, aperfeiçoando o mecanismo de funcionamento prático consoante a necessidade da prática judiciária.

(10) O Ministério Público continuou a reforçar a fiscalização jurídica, a defesa dos interesses públicos da sociedade e dos direitos e interesses legítimos de determinados grupos vulneráveis, nomeadamente dos trabalhadores e menores, nos termos da lei. Em simultâneo, intensificou a comunicação e colaboração com os serviços administrativos do Governo com vista a elevar a qualidade e eficiência de tramitação dos processos de interesse público.

(11) Com a recuperação das actividades económicas, verificou-se uma tendência de aumento dos processos de conflitos entre as partes laboral e patronal relacionados com a garantia de direitos e interesses laborais. Perante isso, o Ministério Público irá cumprir efectivamente as suas atribuições legais relativas à protecção dos direitos e interesses legítimos dos trabalhadores.

(12) Face à mudança e desenvolvimento da sociedade da RAEM, o Ministério Público participou e impulsionou activamente a reforma do regime jurídico da RAEM, tendo apresentado aos órgãos executivo e legislativo da RAEM pareceres profissionais sobre o aperfeiçoamento do regime jurídico.

(13) Atendendo às necessidades concretas da prática judiciária, o Ministério Público apresentou as sugestões relativas à aceleração da negociação e legislação do regime jurídico de cooperação judiciária inter-regional em matéria penal, ao prolongamento do prazo de prisão preventiva de certos crimes graves, e ao aumento adequado da moldura de punição e prolongamento dos prazos de prescrição para os crimes de corrupção, por forma a aperfeiçoar o regime jurídico em matéria penal da RAEM e responder às necessidades de desenvolvimento de uma sociedade íntegra.

(14) Com a normalização gradual do intercâmbio do Ministério Público com o exterior, foram retomados o Curso de Formação sobre a Situação Actual da Nação para os Magistrados do Ministério Público de Macau e a Acção de formação para os funcionários de justiça no Interior da China, no sentido de aprofundar o conhecimento da equipa de trabalho do Ministério Público sobre a situação do País e intensificar a sua dedicação ao País.

(15) O resultado da informatização tem vindo a emergir progressivamente, e com o sistema de gestão dos processos, o trabalho judiciário entrou numa nova fase de administração digital. O Ministério Público irá centrar-se na aplicação de megadados com vista a elevar, com recurso a meios digitalizados, o nível de actividades judiciárias e a qualidade de serviços judiciários para o povo.